

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JARDEL BARSZCZ

**POLÍTICA PÚBLICA DE PREVENÇÃO PROERD: UMA ABORDAGEM
INSTITUCIONALISTA**

CURITIBA

2017

JARDEL BARSZCZ

**POLÍTICA PÚBLICA DE PREVENÇÃO PROERD: UMA ABORDAGEM
INSTITUCIONALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. José Felipe A. de Almeida

CURITIBA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Barszcz, Jardel

Política pública de prevenção PROERD: uma abordagem
institucionalista / Jardel Barszcz. - 2017.

99 f.

Orientador: José Felipe A. de Almeida.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas
Públicas.

Defesa: Curitiba, 2017.

1. Drogas - Abuso - Prevenção. 2. Drogas e juventude. 3. PROERD.
4. Polícia militar. I. Almeida, José Felipe Araujo de, 1979- II. Universidade
Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de
Pós-Graduação em Políticas Públicas. III. Título.

CDD 362.290981




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JARDEL BARSZCZ** intitulada: **POLITICA PÚBLICA DE PREVENÇÃO PROERD: UMA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 18 de Dezembro de 2017.



JOSE FELIPE ARAUJO DE ALMEIDA
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)



HUASCAR FIALHO PESSALI
Avaliador Interno (UFPR)

pl JOÃO GARIBALDI ALMEIDA VIANA
Avaliador Externo (UNIPAMPA)

Dedico este trabalho à minha amada esposa, construtora de sonhos em realizações,

Milaine Alves Barszcz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao meu orientador Prof. Dr. José Felipe Araújo de Almeida, que foi brilhante ao conseguir mesclar níveis de rigidez e exigência demonstrando paciência e consciência da incompletude de um aspirante em pesquisador. Foram anos de uma relação agradável aprendendo muito mais do que apenas fazer pesquisa científica.

Gratidão ao Prof. Dr. Huáscar Fialho Pessali, cuja intervenção no momento de dúvida pelo qual caminho tomar foi essencial para que o resultado final se mostrasse satisfatório.

Agradeço também à minha família, que soube entender que a dedicação tinha um objetivo e o tempo sacrificado pela pesquisa foi importante para realização pessoal e profissional. Minha esposa Milaine, com quem discuti os passos e evolução da pesquisa, sendo companheira, mentora e revisora, profunda gratidão. Muito obrigado minha filha Rafaella que com sua presença iluminou meus dias, demonstrou-me sentido ao caminho trilhado.

Agradeço aos meus Pais, que mesmo sem muita clareza o que seria um mestrado me apoiaram acreditando neste caminho que escolhi. Jerônimo (in memoriam) e Anita que me ensinaram os primeiros passos na escola, obrigado pelas lições de vida!

Muito obrigado aos colegas da pós-graduação, que me levaram a refletir sobre pontos de vista diferentes do meu, ampliando meu mundo de ideias para refiná-lo pela pesquisa.

Também não poderia deixar de agradecer a todos os professores que me ajudaram a construir esta pesquisa, com intervenções muito pertinentes em diversos momentos: Professores Doutores Noela Invernizzi, Rafael Gomes Ditterich, Eneida Desiree Salgado, Adriano Nervo Codato, Marcos Paulo Fuck, Victor Manoel Pelaez Alvarez, Araci Asinelli da Luz. Vocês merecem todo meu carinho e respeito. Muito obrigado!

“Uma palavra que não representa uma ideia é uma coisa morta, da mesma forma que uma ideia não incorporada em palavras não passa de uma sombra.”
Lev Vygotsky

RESUMO

A política pública de prevenção ao uso de drogas PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), desenvolvido pela Polícia Militar, é um programa aplicado nas escolas para desenvolver habilidades de resistência aos comportamentos prejudiciais ao indivíduo. O objetivo dessa pesquisa é compreender o PROERD enquanto política pública de prevenção segundo a perspectiva institucional de Thorstein Bunde Veblen. Para esta corrente institucionalista o comportamento humano baseia-se em instintos, hábitos e instituições. Os conceitos adquiridos pelos indivíduos e seu desenvolvimento são próximos aos instintos de curiosidade desinteressada e curiosidade instintiva, justificando o institucionalismo vebleniano para compreensão do comportamento humano, elaboração do conhecimento e na análise do programa educacional. A mudança institucional, através dos conceitos de Veblen, remete-se ao modelo de tomada de decisão do PROERD. Os resultados obtidos na pesquisa constituem um arcabouço referencial para a utilização dos conceitos institucionais veblenianos na compreensão de políticas públicas e para o aprimoramento de PROERD enquanto política pública de prevenção.

PALAVRAS-CHAVE: Institucionalismo Original, PROERD, política pública de prevenção, educação, adolescência, polícia militar.

ABSTRACT

The PROERD (Drug Resistance Education Program) public drug prevention policy developed by the Military Police is a program applied in schools to develop resistance skills to behaviors that are harmful to the individual. The objective of this research is to understand PROERD as a public policy of prevention according to the institutional perspective of Thorstein Bunde Veblen. For this institutionalist current human behavior is based on instincts, habits and institutions. The concepts acquired by individuals and their development are close to the instincts of idle curiosity and instinctive curiosity, justifying Veblenian institutionalism for understanding human behavior, elaborating knowledge and analyzing the educational program. The institutional change, through the concepts of Veblen, refers to the model of decision-making of PROERD. The results obtained in the research constitute a reference framework for the use of Veblenian institutional concepts in the understanding of public policies and for the improvement of PROERD as a public prevention policy.

KEY WORDS: Original Institutionalism, PROERD, public policy of prevention, education, adolescence, military police

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Processo de causação cumulativa de Veblen.....	38
FIGURA 2- Estrutura principal das lições.....	52
FIGURA 3- Síntese do desenvolvimento para tomada de decisão	67
FIGURA 4- Lógica da causação cumulativa para a mudança institucional.....	68

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Relação de lições - “Conversa em Família”	24
QUADRO 2 - Pesquisas sobre o PROERD.....	27
QUADRO 3 - Relação de palavras-chave por lições.....	55

LISTA DE SIGLAS

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BPEC- Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária
CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas
CNCG - Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e
Corpos de Bombeiros Militares
CNS - Conselho Nacional em Saúde
DARE- drug abuse resistance education
DCNs- Diretrizes Curriculares Nacionais
ECA - Estatuto da Criança e Adolescente
ERICA - Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes
EUA - Estados Unidos da América
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial
LAPD - Departamento de Polícia de Los Angeles
LAUSD- Distrito Escolar Unificado de Los Angeles
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC - Ministério da Educação
MS - Ministério da Saúde
MTDP – Modelo de Tomada de Decisão PROERD
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PEC- Patrulha Escolar Comunitária
PeNSE - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas
SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SENASP- Secretaria Nacional de Segurança Pública
SISNAD - Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
SESP/PR - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração
Penitenciária do Paraná

SUS - Sistema Único de Saúde

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UNESCO – Organização das Nações Unidas, para Educação, Ciências e Cultura

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (*United Nations Office on Drugs and Crime*)

VIGITEL -Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E ADOLESCÊNCIA	16
2.1 PROERD.....	21
2.2 RESULTADO DE PESQUISAS RELEVANTES AO ESTUDO.....	26
3 INSTITUCIONALISMO VEBLENIANO	29
3.1 INSTITUIÇÕES.....	30
3.2 INSTINTOS VEBLENIANOS.....	31
3.3 HÁBITOS.....	33
3.4 INDIVÍDUO E SOCIEDADE: ÓTICA VEBLENIANA.....	35
3.5 MUDANÇA INSTITUCIONAL.....	38
4 PROERD NA PERSPECTIVA INSTITUCIONALISTA	43
4.1 O INDIVÍDUO.....	45
4.2 O PROGRAMA.....	50
4.2.1 VISÃO GERAL DAS LIÇÕES.....	51
4.2.2 TRABALHANDO CONCEITOS.....	54
4.2.3 MODELO DE TOMADA DE DECISÃO PROERD E A MUDANÇA INSTITUCIONAL VEBLENIANA.....	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73
ANEXOS	80

1 INTRODUÇÃO

O problema causado pelo uso e abuso das drogas por adolescentes já ultrapassou o nível de problema de saúde ou de segurança pública e tomou proporções de um problema cultural. É muito importante a elaboração de políticas públicas de prevenção ao uso de drogas, contemplando todos os aspectos e dimensões deste problema.

Pesquisas mostram que as principais drogas do período da adolescência são drogas lícitas como o cigarro e o álcool. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2015, indicando que 55,5% dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental relatam terem experimentado bebidas alcoólicas. A mesma pesquisa mostra que 6,1% dos estudantes desta faixa etária utilizaram produtos a base de tabaco pelo menos 30 dias anteriores à pesquisa.

Considerando o uso de álcool e outras drogas como ações prejudiciais, principalmente em período de desenvolvimento, pode-se considerar o aumento do consumo por adolescentes como um problema social e de saúde pública. Neste sentido, a implantação e análise de políticas preventivas se tornam ferramentas necessárias para reduzir os danos e estabelecer hábitos que garantam a proteção de crianças e adolescentes, principalmente neste período de vulnerabilidade.

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente) atribui a responsabilidade compartilhada entre pais, comunidade e Estado na garantia dos direitos da criança e do adolescente. Por isso, estudos podem contribuir para melhoria dos programas desenvolvidos pelo estado e/ou ONG, como direcionamento teórico para pesquisadores, educadores sociais e a comunidade em geral.

O PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas) é a versão brasileira do programa norte americano D.A.R.E. (Drug Abuse Resistance Education). É aplicado nas redes pública e particular de ensino com atividades preparadas para o público pré-adolescente com idade entre nove e doze anos. O programa desenvolve atividades que buscam informar e esclarecer quanto ao consumo de drogas e suas consequências, violência,

bullying, respeito, influência dos amigos, pressão dos colegas e a necessidade de se fazer boas escolhas na elaboração de hábitos positivos para a vida. Um dos objetivos do PROERD é orientar quanto à escolha do grupo de referência e como se posicionar frente à pressão dos pares.

Thorstein Bunde Veblen é o autor selecionado para compreender o programa, sua contribuição teórica é composta por fatores individuais e sociais na explicação do comportamento humano. Essa justificativa se dá por considerar o fenômeno drogas, bem como as ações preventivas, são comportamentos guiados por escolhas individuais em contextos coletivos e suas consequências podem ser determinantes em cenários futuros.

O objetivo dessa pesquisa é compreender o PROERD enquanto política pública de prevenção segundo a perspectiva institucional de Thorstein Bunde Veblen. Segundo esta corrente institucionalista o comportamento humano baseia-se em instintos, hábitos e instituições. O programa apresenta um exercício sistemático para refletir sobre uma decisão denominado modelo de tomada de decisão PROERD (MTDP) que neste estudo buscaremos aproximar à ideia vebleniana de mudança institucional.

O institucionalismo clássico por teorizar sobre o comportamento humano pode contribuir no entendimento dos fatores relacionados aos programas preventivos como o PROERD. As instituições são formas de pensar compartilhadas pela comunidade e podem se tornar uma ferramenta importante na formulação de políticas públicas de prevenção ao uso de drogas, buscando o reforço ou ampliação de instituições preventivas a outras comunidades.

A pesquisa em políticas públicas tem uma ótica interdisciplinar compreendendo uma visão holística do fenômeno para desenvolver uma abordagem institucionalista vebleniana sobre o PROERD. A metodologia utilizada foi pesquisa qualitativa, utilizando-se da pesquisa descritiva para caracterizar os objetivos, a pesquisa bibliográfica para os procedimentos e ressaltando o atributo de pesquisa participante por consistir este pesquisador atuando como instrutor e mentor do PROERD.

Pautada na abordagem interdisciplinar e considerando Veblen e outros pesquisadores que seguiram seus conceitos, este trabalho está organizado em quatro capítulos iniciando com a introdução, na qual é apresentado um panorama geral sobre o tema, sua contextualização, os objetivos e a relevância

social deste conteúdo. O segundo capítulo refere-se à visão geral do programa PROERD, fatores relacionados à política pública preventiva e números de pesquisas relevantes a esta temática. O capítulo subsequente compreende o referencial teórico sobre conceitos empregados por Veblen, pertinente a atual pesquisa. O conteúdo central da pesquisa se encontra no quarto capítulo relacionando os componentes do programa PROERD aos fundamentos do institucionalismo vebleniano como instintos, hábitos, instituições e mudança institucional. A presença da mudança institucional neste capítulo será essencial para aproximação do Modelo de tomada de decisão PROERD com a tradição vebleniana e por fim, nas considerações finais são retomados alguns pontos relevantes à pesquisa e são propostos alguns possíveis caminhos para pesquisas posteriores.

2 PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E ADOLESCÊNCIA

Ao Estado cabe a função de garantir os direitos humanos de seus cidadãos, assegurados pela constituição de 1988, como no Art. 1º que demonstra entre seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana, para desempenhar esta função conta com recursos recolhidos através de impostos. Dentre as ações desempenhadas pelo estado temos as políticas públicas que, segundo Amabile (2012, p.390), são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade.

O Estado detém a responsabilidade de propiciar a proteção através de políticas públicas, na formulação de leis e fiscalização para o cumprimento dos dispositivos legais.

As políticas públicas são a concretização das ações do Estado visando atender as demandas da sociedade. O Estado dispõe de mecanismos governamentais para amenizar os problemas, utilizando-se de medidas preventivas ou repressivas e conduzir ao enfrentamento do flagelo que as drogas causam a população.

O Estado, através de políticas públicas, aplica recursos financeiros em prevenção evitando um gasto maior em tratamentos e problemas proveniente das drogas. Os recursos são empregados na forma de campanhas educativas e de conscientização, proporcionando informação para grande parcela da população.

Campanhas bem sucedidas são aquelas que conseguem, através de números, alterar uma tendência, como exemplo pode-se citar as ações desenvolvidas com o tabaco nos anos 1990. Considerando a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996:

Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

Pesquisa recente publicada na revista médica *The Lancet* demonstrou que no Brasil, entre os anos de 1990 e 2015, houve redução no número de fumantes diários. A pesquisa indicou uma queda de 29% para 12% entre

homens e de 19% para 8% entre mulheres. Considerando o Brasil como uma "história de sucesso notável" (GAKIDOU E, *et al.* 2017, p.1900).

Atualmente o Brasil apresenta-se como exemplo de políticas antitabagistas segundo a pesquisa realizada pela Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (2015) entre os anos de 2006 e 2015 houve uma redução de 30,7% no percentual de fumantes, embora 10,8% dos brasileiros mantenham o hábito de fumar.

É responsabilidade do Estado a fiscalização de ambientes de vulnerabilidade ao desenvolvimento das crianças e viabilizar campanhas educativas de saúde e educação relacionados à proteção da criança e do adolescente. As políticas de prevenção ao uso de drogas devem ser iniciadas antes do nascimento, quando a progenitora evita o consumo de substâncias psicoativas durante a gestação. Posteriormente como orientação para as crianças, espera-se que a família promova um ambiente saudável e de prevenção, norteado pelo diálogo.

Política de prevenção são medidas planejadas que o Estado dispõe em prol da comunidade, buscando atender as pessoas antes da ocorrência do fato visando antever ou amenizar danos na proteção do indivíduo.

A prevenção pode dividir-se em três níveis: prevenção primária, secundária e terciária, cada uma respeitando suas especificidades como afirma Asinelli-Luz (2000, p. 52-53). No âmbito da prevenção ao uso de drogas, a prevenção primária estabelece ações que antecipam o primeiro uso, ou seja, prepara o indivíduo para recusar, impedindo seu uso ou objetivando o retardamento desta ação.

Prevenção primária: voltada para o conjunto da população, tem como foco os sujeitos, e não o que eles fazem (no caso, o uso de drogas). Inclui um conjunto de ações dirigidas no início do processo, quando ainda não está instalado o uso de drogas. Busca informar e educar sobre questões relacionadas com o uso de drogas e que podem intervir negativamente no projeto de vida de cada pessoa. Deve ocorrer, prioritariamente, na família e na escola (ASINELLI-LUZ, 2000, p.52).

Barroso (2007, p. 63) reforça este entendimento ao considerar a prevenção primária como medidas que buscam evitar ou retardar a experimentação e diminuir o uso esporádico de drogas. Essa prevenção é desenvolvida através de ações educativas, priorizando vida saudável e saúde global.

Prevenção secundária é a abordagem voltada aos indivíduos que consomem drogas esporadicamente e consiste em mantê-los longe de fatores que propiciam o contato para o consumo como amigos, lugares e fatores de risco. A terciária é aplicada em contextos de dependência química ou psíquica compondo tratamento e acompanhamento posterior para evitar recaídas.

As ações preventivas são estrategicamente mais baratas e por seu custo final apresenta melhores resultados. Assim a prevenção primária apresenta-se como maneira de antever problemas relacionados à prática de violência e ao consumo de drogas, além de evitar potenciais problemas na população envolvida. Pinsky (2004, p.111) cita que estudos demonstram que para cada dólar gasto com prevenção são economizados 10 dólares em tratamento.

A Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006 instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD; prescreveu medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabeleceu normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; definiu crimes e deu outras providências; definiu drogas como substâncias ou produtos capazes de causar dependência.

De acordo com a lei nº 11.343/2006, os artigos 18 e 19 definem:

“Art. 18. Constituem atividades de prevenção do uso indevido de drogas, para efeito desta Lei, aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção.”

“Art. 19. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes: - a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e aos conhecimentos relacionados às drogas.”

As Diretrizes Internacionais sobre a Prevenção do uso de Drogas UNODC (2013) descreve o período da adolescência como um momento propício para ações preventivas:

É também um momento em que a “plasticidade” e “maleabilidade” do cérebro adolescente sugerem que, assim como a infância, esse período de desenvolvimento é um momento em que as intervenções podem reforçar ou alterar as experiências anteriores (UNODC, 2013, p.22).

A legislação brasileira define que adolescente é o sujeito com idade correspondente entre doze e dezoito anos e estabelece no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) os direitos e deveres que o reconhecem como indivíduo em desenvolvimento, cidadão em formação.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Na constituição federal e no ECA está presente a responsabilidade pela proteção integral dos indivíduos menores de 18 anos, atribuído família (núcleo inicial de proteção), comunidade (conferido à sociedade zelar por direitos) e ao Estado (em caso de ausência ou negligência, além de atuar em políticas públicas). De acordo com a constituição brasileira é função dos pais, comunidade e Estado promover o desenvolvimento saudável deste sujeito em formação.

A adolescência constitui um momento de transformações no corpo, nas emoções e na interação com o outro; é o período de transição para atingir a maturidade. Neste período acontecem experimentações e alternância comportamental. Segundo Pinsky & Bessa (2004, p.11), a adolescência é uma fase de metamorfose, uma fase da vida que envolve riscos, medos, amadurecimento e instabilidades. Estas mudanças juntamente com fatores de risco proporcionam um ambiente mediador para experimentação de drogas.

Palácios (1995) sintetizou a adolescência na cultura ocidental:

Muitos rapazes e moças que consideramos adolescentes, podem ser caracterizados por ainda estar no sistema escolar, em algum outro contexto de aprendizagem profissional ou em busca de emprego estável; por ainda dependem dos pais e morando com eles; por estarem realizando a transição de um sistema de apego centrado, em parte, na família, para um sistema de apego centrado no grupo de iguais, para um sistema de apego centrado em uma pessoa de outro sexo; por sentirem-se membros de uma cultura de idade (cultura adolescente), que se caracteriza por ter suas próprias modas e hábitos, seu estilo de vida próprio, e seus próprios valores; por ter preocupações e inquietudes que não são mais as da infância, mas que ainda não coincidem com as dos adultos. São essas algumas marcas de identidade dos adolescentes ocidentais que conhecemos (PALÁCIOS, 1995, p. 264).

O uso de drogas pode prejudicar todos os públicos, porém em crianças e adolescentes o resultado do uso é drástico, pois são indivíduos em processo de desenvolvimento, o corpo e o cérebro recebem seus efeitos mais

danosamente que o sujeito adulto. O período da infância e adolescência é o momento de experimentação e consumo com acesso às drogas lícitas, seja estimulada pelo consumo de amigos e familiares ou vinculada à publicidade, despertando interesse e curiosidade nas crianças e nos adolescentes.

No Brasil, o álcool e o tabaco são as drogas mais consumidas e seu uso inicia-se, geralmente, na infância e adolescência. Pode, contudo, progredir de maneira à experimentação de outras substâncias como a maconha ou cocaína (GÁZQUEZ. *et al.*, 2009, p.197).

A família se define como primeiro ente protetivo do indivíduo, pois o ECA estabelece, no artigo 22: “Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores”. No entanto é na adolescência que surge a instabilidade entre o dever dos pais em proteger e a interação do adolescente com o contexto social.

A relação familiar é um fator importante para ser considerado, pois com o advento da adolescência surgem a necessidade de independência do sujeito e possíveis divergências, constituindo a arena de aprendizado do adolescente.

Em síntese, o consumo de drogas no ambiente familiar pode ser caracterizado como um fator de risco para o desenvolvimento do indivíduo.

Para proteger o adolescente e garantir seu pleno desenvolvimento é preciso evidenciar os fatores de risco presentes nesta fase e reconhecer a vulnerabilidade frente às transformações biopsicossociais. O termo comportamento de risco refere-se às ações que se caracterizam como ameaças ao desenvolvimento saudável durante a juventude.

A ONU (Organização das Nações Unidas) reconhece os problemas gerados pelo consumo de drogas e possível envolvimento com crimes e violência e para tratar destes assuntos criou o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Sua preocupação está no desenvolvimento seguro e saudável de crianças e jovens para que possam aperfeiçoar seus talentos e potenciais na contribuição de sua comunidade e sociedade UNODC (2013).

Um sistema eficaz de prevenção do uso de drogas contribui significativamente para que crianças, jovens e adultos participem de forma positiva nas atividades familiares, escolares, comunitárias e no ambiente de trabalho (UNODC, 2013, p.5).

Além dos danos à saúde, o consumo de drogas acarreta prejuízos sociais como a violência doméstica e a criminalidade. De acordo com Fonseca (2009), em sua pesquisa foram analisados 7.939 domicílios constatou-se que em 33,5% dos entrevistados relatam ter sofrido violência domiciliar; destes 17,1% aconteceu por agressores alcoolizados.

Associada ao uso de drogas está a criminalidade seja através do tráfico das drogas ilícitas, pelo controle e poder dos traficantes ou por furtos e homicídios envolvendo usuários. Santos (2007, p.207) em sua pesquisa considerou que os resultados forneceram evidências empíricas que permitem sustentar a hipótese de que o mercado de drogas é um dos principais responsáveis pela alta criminalidade que atinge a sociedade brasileira. Considerando que a desigualdade de renda e a taxa de urbanização também podem contribuir com a criminalidade.

A infância e adolescência são períodos de vulnerabilidade do indivíduo, podendo ser preponderantes para aprendizagens de funções estruturantes para a vida. Neste período o meio social deve dar condições de proteção e desenvolvimento, porém as diversas instituições estão falhando na responsabilidade de proteção, seja a família, a escola ou a sociedade organizada.

2.1 PROERD

PROERD é a versão brasileira do programa norte americano D.A.R.E. (drug abuse resistance education), abrangendo as redes pública e particular de ensino com atividades preparadas para o público pré-adolescente com idade entre nove e doze anos. A marca PROERD é propriedade do *D.A.R.E. America*, organização não governamental com sede nos Estados Unidos da América (EUA) sendo registrado no Brasil pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Processo nº821501631.

A autorização de cópia reprográfica simples dos produtos PROERD foi dada à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) por meio do Processo nº821501623. Ampliada aos demais estados Brasileiros pela deliberação do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares –CNCG (Anexo 2).

No Brasil a aplicação do programa é feita por Polícias Militares, instituições que assumiram uma responsabilidade compartilhada de proteger a marca e os currículos PROERD contra o uso não autorizado.

O programa visa promover o desenvolvimento da percepção protetiva nos estudantes, o objetivo do programa é a preparação de jovens para realizar escolhas positivas para sua vida e por consequência, a resistência ao uso de drogas.

O programa tem como base a Teoria de Aprendizagem Socioemocional (*Socio-Emotional Learning Theory - SEL*), de acordo com Zins & Elias (2007, p.234) a teoria da aprendizagem sócio-emocional tem como indicadores a capacidade de reconhecer e gerenciar as emoções resolvendo problemas com eficácia e estabelecendo relações positivas com os outros, combinando comportamento, cognição e emoções.

Segundo o Manual do instrutor PMSC (2013), o PROERD visa desenvolver habilidades como: autoconhecimento e autogerenciamento; tomada de decisão responsável; compreensão dos outros (alteridade); habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal; habilidade de lidar com desafios e responsabilidades. As habilidades trabalhadas pelo programa auxiliam na interação do aluno com outros alunos, professores e familiares.

O programa estrutura-se na tríade escola, família e polícia militar por entender que a participação destas instituições podem fornecer conhecimentos e habilidades protetivas à criança e ao adolescente (Anexo 3).

A aplicação é realizada por policiais militares denominados instrutores PROERD que atuam como educadores sociais na educação não formal em ações socioeducativas e de inserção social (PEROVANO, 2006, p.36). Os instrutores PROERD recebem treinamento de gestão em sala de aula, estratégias de ensino, habilidades de comunicação, desenvolvimento adolescente e informações sobre drogas e instruções curriculares (ENNETT *et al.*, 1994, p.1395).

O PROERD é uma política pública de prevenção ao uso de drogas realizado nas escolas durante o horário letivo. Desde sua implantação no Brasil pela PMERJ do estado do Rio de Janeiro no ano de 1992, promoveu algumas alterações em seus encaminhamentos.

Segundo Perovano (2006, p.102) o projeto inicial do *DARE* foi desenvolvido nos Estados Unidos, em ambiente com base teórica behaviorista como as de Watson, Skinner, Thorndike e a reflexiologia de Pavlov.

Com o avanço da sociedade juntamente com o desenvolvimento de novos conhecimentos sobre prevenção, surgiu a necessidade de adaptações e aprimoramentos em seu formato aplicado, passando por três períodos. No início consistia em 17 lições com utilização de vídeos, num segundo momento com 12 lições incluindo o assunto bullying (demanda crescente nas escolas) e recentemente foi reestruturado em 10 lições com a utilização de recursos áudios-visuais e dinâmicas.

Segundo o Manual do instrutor do Estado de Santa Catarina (2014, p. i) o atual formato do programa proporciona aos jovens habilidades necessárias para o controle de seus impulsos, percebendo os riscos e consequências que resultará em escolhas mais seguras e responsáveis.

O local escolhido para a aplicação do programa é a escola por dispor das condições necessárias ao andamento do PROERD, necessitando da presença dos professores com exemplos e opiniões, na formação de grupos e demais atividades que alterem as condições iniciais da sala. Segundo Sloboda (2004 p.112) a escola apresenta-se como o ambiente apropriado para estratégias de prevenção por caracterizar-se instituição de socialização, onde são reforçados valores e normas sociais.

O PROERD desenvolve atividades individuais e em grupos, pautadas em discussões, de maneira dinâmica para envolver o estudante na aprendizagem e reflexão coletiva. Como exemplo há uma atividade que tem como objetivo fazer o estudante perceber que algumas situações em seu dia-a-dia provocam diferentes sensações: positivas ou negativas.

Atualmente o programa denomina-se “Caindo na real”, organiza-se em quatro currículos (educação infantil, 5º ano, 7º ano e formação aos pais) respeitando a especificidade de cada fase de desenvolvimento.

É priorizada a aplicação do currículo para o 5º ano do ensino fundamental por considerar um momento estratégico na prevenção primária do indivíduo, atendendo aos riscos e fragilidades da adolescência.

As lições, aproximadamente uma hora semanal, visam desenvolver habilidade de decisão evitando ou retardando o envolvimento com as drogas

contemplando os objetivos da política preventiva, além de contribuir na autoestima e confiança, fatores necessários no período da adolescência.

A estrutura principal do programa é seguida em todas as lições: inicia com o vídeo introdutório em seguida são apresentadas palavras-chave e suas definições posteriormente exercícios reforçam estes significados; o Modelo de Tomada de Decisão proporciona decidir utilizando os conceitos aprendidos nesta lição e ligados a situações possíveis de realizar-se em seu dia a dia. Finalizando com o preenchimento dos temas principais no glossário e “meu diário” com perguntas sobre o que aprendeu e sua aplicação na semana que se segue.

Os estudantes do PROERD participam de atividades de tomada de decisão, utilizando o Modelo de Tomada de Decisão PROERD. Este exercício tem como objetivo proporcionar a reflexão sobre uma problemática apresentada conduzindo a formulação de possíveis opções de resolução, concluindo a atividade com a escolha da melhor opção e seu questionamento se foi uma boa escolha.

Para reforçar a participação familiar neste processo, o programa prevê atividades realizadas no ambiente familiar (QUADRO 1). As atividades “conversa em família” foram desenvolvidas para o estudante compartilhar os conhecimentos aprendidos no programa estabelecendo o diálogo no meio familiar, proporcionando novos conhecimentos e informações, além de ampliar laços de confiança entre adolescente e adulto. De acordo com Perovano (2011, p.310) a estratégia adotada pelo PROERD incentiva o diálogo familiar sobre prevenção.

QUADRO 1- RELAÇÃO DE LIÇÕES COM “CONVERSA EM FAMÍLIA”

CONVERSAS EM FAMÍLIA	TEMAS DAS CONVERSAS	Nº DA LIÇÃO
1	INTRODUÇÃO A MTDP	1
2	DROGAS, RESPONSABILIDADE, RISCOS E CONSEQUÊNCIAS	3
3	PRESSÃO DOS COLEGAS	4
4	COMUNICAÇÃO CONFIANTE E NÃO VERBAL	7
5	BULLYING, AJUDAR OS OUTROS, BOM CIDADÃO	10

Ao final do programa, como assunto da lição 10 “rede de ajuda”, é confeccionado um quadro com as pessoas de confiança que podem ser procuradas em situações de dificuldade vivenciadas pelo estudante, demonstrando a possibilidade de procurar ajuda no espaço de convivência.

Para demonstrar os conhecimentos adquiridos no decorrer do programa o estudante produz um texto sobre o programa. Na conclusão do programa os estudantes recebem certificados de participação.

O PROERD no Estado do Paraná é aplicado desde o ano 2000 (Anexo 7) e está estruturado como explicado a seguir.

O subcomando geral da Polícia Militar do Paraná é responsável por unidades operacionais especializadas, tendo o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária- BPEC “Batalhão Coronel ANSELMO JOSÉ DE OLIVEIRA” atribuído por ações voltadas à comunidade escolar. O BPEC desenvolve dois programas o PROERD atuando principalmente em escolas do ensino fundamental (1º ao 5ºano) e a PEC, presente nas escolas com ações de palestras, assessoramento em segurança e atendimento de ocorrências (estudantes do 6ºano ao Ensino médio).

Operacionalmente dispõe da coordenação estadual do PROERD, para auxiliar os instrutores e mentores em suas atribuições diárias, na organização de cursos de formação, atualizações e treinamentos periódicos.

A Lei Estadual 17650 de 07 de agosto de 2013 regulamenta o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD (Anexo 4).

Exercendo seu trabalho nas escolas, o PROERD necessita ajustar parcerias com a Secretaria de Estado da Educação, Secretarias Municipais de Educação, Núcleos Regionais de Educação e as Escolas Particulares. Para implantação em escolas públicas é necessário que o município realize convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SESP/PR) bem como escolas particulares realizam diretamente convênio com a SESP/PR.

Firmado o convênio, as escolas solicitam através de ofício ao BPEC um instrutor PROERD, o batalhão disponibiliza um instrutor social, sendo de responsabilidade da mantenedora da escola os materiais necessários para aplicação do programa e a organização da formatura de encerramento.

As polícias militares por desempenharem diversas atividades (preventivas e repressivas) não conseguem disponibilizar parte maior de seu efetivo para aplicação do programa sendo necessários maiores investimentos em estrutura e pessoal para o atendimento das escolas interessadas no programa.

2.2 RESULTADOS DE PESQUISAS RELEVANTES AO ESTUDO

O programa DARE surgiu em 1983 e no decorrer dos anos pesquisas foram realizadas para verificar a eficiência nos Estados Unidos, porém os resultados se mostraram pouco conclusivos ou sem diferenças significantes entre alunos que participaram ou não do programa (SHAMBLEN, 2014).

As alterações do programa aconteceram para incorporar as demandas dos estudantes e para adequar-se a pesquisas realizadas desta política pública. Em 2003 o programa passou de 17 para 9 lições, porém esta mudança não mostrou diferença quanto ao uso de substâncias psicoativas (VINCUS, 2010).

Mudança mais substancial ocorreu em ocorreu no ano de 2009 quando formularam o *D.A.R.E.'s keepin' It REAL Elementary Curriculum* baseado na teoria da aprendizagem sócio-emocional. Os pesquisadores da Universidade Estadual da Pensylvania: Dr. Michael L. Hecht, Dr. Michelle Miller-Day entre outros, desenvolveram a versão atual do programa fundamentado em habilidade e conceitos para resistir às pressões das drogas enfatizando a habilidade de comunicação como principal estratégia para a resistência (Anexo 5).

Em pesquisa realizada por Demétrio *et al.* (2003) envolvendo 307 estudantes de seis Colégios da rede estadual de ensino da cidade de Laranjeiras do Sul, 93% dos estudantes participaram do programa PROERD. A pesquisa mostra que 67% dos estudantes repassaram as informações adquiridas no programa com seus familiares e amigos. Outros números da pesquisa referentes à experimentação são apresentados no quadro 2.

QUADRO 2 - PESQUISA SOBRE O PROERD

	Alunos participantes do PROERD	Alunos não participantes do PROERD
Bebidas alcoólicas	18%	22%
Tabaco	96%	95%
Drogas ilícitas	1%	4%

O Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) em conjunto com o Pacific Institute for Research and Evaluation (PIRE) desenvolveu uma avaliação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) da Polícia Militar do Estado de São Paulo. A pesquisa foi realizada em 61 escolas (públicas e particulares) da cidade de São Paulo, contando com 5.713 alunos do 8º ano do ensino fundamental, respondendo a um questionário. Como resultados não houve diferença significativa em relação ao uso de drogas e comportamentos afins entre os que participaram do PROERD e aqueles que não participaram do programa CEBRID (2008).

A avaliação de uma política pública deve ser realizada através de pesquisas quanto sua efetividade e satisfação dos atores envolvidos. O problema está na forma de caracterizar eficiência do programa. Enquanto algumas pesquisas buscam como resultado a diferença entre alunos que realizaram ou não o programa na relação de consumo de drogas, outros estudos procuram estabelecer mudanças nas características e desenvolvimento de habilidades.

Uma política pública deve completar seu ciclo e a avaliação como etapa fundamental na verificação de sua efetividade. Mas a avaliação deve explorar diferentes variáveis de resultados como adultos que realizaram o programa e se mantêm abstêmios; número de jovem que apresentam uso problemático de drogas; aquisição de habilidades psicossociais, pesquisas longitudinais poderiam ampliar nossa percepção sobre o programa que completa 25 anos de implantação no estado do Rio de Janeiro e gradativamente implantados nos demais estados brasileiros.

Em síntese, a prevenção compreende ações que visam reduzir fatores de risco e amplia fatores de proteção antecipando resultados prejudiciais ao

indivíduo. Família, estado e sociedade devem esforçar-se para proteger indivíduos neste período da infância e adolescência por apresentarem-se em processo de desenvolvimento. O PROERD pode estabelecer a ligação entre os meios de convivência do estudante e o diálogo sobre os malefícios do uso de drogas, abordando assuntos pertinentes à faixa etária que foram desenvolvidos nos Estados Unidos e transferidos para outros países. Apesar de compor todos os estados brasileiros existe pequena participação em pesquisas sobre a efetividade do programa PROERD. Carecendo de pesquisadores voltados a entender o processo de prevenção primária e seus resultados diante de políticas públicas de prevenção ao uso de drogas.

3. INSTITUCIONALISMO VEBLENIANO

A segunda metade do século XIX foi um período de efervescência teórica, este momento foi propício para alguns autores que reuniram correntes do pensamento para buscar outros meios de explicar o comportamento humano.

Nos Estados Unidos, estudiosos começaram questionar as ideias predominantes na economia. Pesquisadores como John R. Commons, Wesley Mitchell e Thorstein B. Veblen tornaram-se pioneiros no denominado institucionalismo (HAMILTON, 1919).

O termo "economia institucional" foi usado pela primeira vez de forma proeminente na impressão em um artigo de conferência da AEA de 1918, de Walton Hamilton, intitulado "A Abordagem Institucional da Teoria Econômica" (HAMILTON, 1919).

Atualmente conhecemos estes pesquisadores como pertencentes da Economia Institucional Original ou Clássica, como aponta Almeida (2015, p. 2).

O economista e sociólogo americano Thorstein B. Veblen (1857-1929) buscou entender o comportamento humano baseando-se na perspectiva dos instintos, hábitos e instituições. Veblen reconheceu os fatores sociais como relevantes para a economia, compreendendo o problema social relacionando com fatores econômicos. A complexidade presente na sociedade e as relações humanas como normas e costumes apresentam-se como riqueza social (VEBLEN, 1899; O'HARA, 2003, p.82).

A teoria de Veblen busca uma visão holística com vários fatores responsáveis pelo todo, o autor entendeu que fatores compreendidos isoladamente geram uma visão parcial e insuficiente na análise dos fenômenos.

Central to holism is the need to study the interplay of social, political, and psychological factors in the determination of economic processes. Economics is part of an open system, with determination including values, beliefs, individuals, institutions, social behaviours and human-centred aspects of the provisioning process. Every aspect of economics, in this view, needs to be situated within a broad framework of reference in order to comprehend adequately the nature of the processes in motion and to recognise the element of novelty and creativity that are prime factors in change (along with blind drift) (O'HARA, 2003, p.85).

Thorstein Veblen estabeleceu o conceito de consumo conspícuo em sua obra “*A Teoria da Classe Ociosa*” (1899), considerando o consumo além do aspecto econômico, colocando-o como resultante de fatores sociais, reconhecendo o homem como ser social e com necessidades construídas coletivamente. Segundo Twomey (1998, p.440), a Teoria da Classe Ociosa aborda a dimensão social de hábitos tratando comportamento de consumo como resultado de normas culturais e relações de status dentro da sociedade.

Embora seja conhecido essencialmente pelo conceito de consumo conspícuo, o pensamento de Veblen contemplou vários outros conceitos e ideias em seus escritos, alguns dos quais serão apresentados nas seções seguintes.

3.1.1 INSTITUIÇÕES

Para entender a exposição dos conceitos de Veblen e a relação com o programa PROERD se faz necessário uma breve apresentação das principais ideias do autor como instituições, instintos, hábitos e mudança institucional.

Veblen definiu instituições como hábitos de pensamento comuns à generalidade dos homens sendo construído pelos hábitos. A adaptação de hábitos mentais à sociedade constitui o desenvolvimento das instituições que orientam e fornecem limites ao comportamento humano. VEBLEN (1909, p. 626) Hodgson (2003, p.163) explica que as instituições são sistemas duráveis de regras e convenções sociais estabelecidas de maneira a estruturar as interações sociais.

O indivíduo ao nascer herda um rol de ações possíveis, um padrão comportamental que podemos chamar de instituições que servem de referência aos seus familiares e a comunidade, incorporando-se através da cultura e das relações humanas, como a linguagem, o dinheiro, o direito, normas sociais e os sistemas de pesos e medidas (HODGSON, 2003, p. 163).

As instituições – o que vale dizer, os hábitos mentais – sob a orientação das quais os homens vivem, são por assim dizer, herdadas de uma época anterior; época mais ou menos remota, mas, em qualquer caso, elaboradas no passado e dele herdadas (VEBLEN, 1965, p. 179).

As instituições são dependentes do indivíduo e necessitam da adaptação do sujeito para se constituírem. Seguindo as regras e demandas geradas pela sociedade, conduzem a forma de pensar e perceber a realidade. Veblen apresentou o caráter conservador das instituições ao estabelecer um parâmetro para comportamentos em conformidade com o pensamento predominante em um contexto sócio-histórico; também pode ser considerado evolucionário ao adaptar-se às circunstâncias atuais.

Instituições são condutas e formas de pensar. Ao serem seguidas pelo indivíduo serão consideradas como práticas normais e comumente previsíveis e restringindo a possibilidade de rejeição pelo outro. Entretanto, Veblen reconheceu que fatores presentes no indivíduo somam-se nesta dinâmica comportamental, surgindo assim os instintos na teoria vebleniana.

Portanto, o comportamento humano é influenciado por instituições, baseadas em hábitos e instintos, em contraste com a passividade individual na economia neoclássica e seu comportamento unicamente hedonista e maximizador sendo que estes questionamentos deram início no institucionalismo na história do pensamento econômico.

3.2 INSTINTOS VEBLENIANOS

O institucionalismo utilizou alguns conceitos como hábitos e instituições para explicar as relações do indivíduo com a sociedade. Veblen ampliou sua análise utilizando no institucionalismo a concepção de instintos.

Os instintos usualmente estão relacionados às ciências biológicas ligadas à ideia de reflexos ou ações desprovidas de racionalidade ou consciência CAVALIERI (2009, p.308). Diferentemente, instintos para o institucionalismo vebleniano ampliam o entendimento biológico ao reconhecer a racionalidade e o condicionamento exógeno como disposições instintivas, como indica Silva (2010, p.302).

Veblen (1899, p. 4) denominou de ações tropismáticas o sentido comumente utilizado por outras ciências para instintos. Cavalieri (2009, p.307) ressaltou que o significado de instinto para Veblen saia das propriedades ausentes de deliberação ou compostas de uma consciência crítica.

Considerando Brette (2003, p.459), Veblen ampliou este sentido ao considerar seus atributos inatos e aprendidos como instintos e acrescentou a intenção teleológica, ou seja, tendo uma concepção finalística ou com certo grau de motivação para suas ações.

Os instintos proporcionam as motivações ou direcionamento para alcançar determinados objetivos, apontamento realizado por Cavalieri (2009, p.308).

As ações instintivas não são automaticamente aplicadas, necessitando da inteligência e deliberação para transformar-se em comportamento.

A inteligência, presente na estrutura instintiva de Veblen, pode remeter a fatores desenvolvidos como memória e atenção que contribui com a consciência através da racionalidade. Silva (2010, p.292) complementou o conceito de instintos com fatores que mobilizam, ao mesmo tempo, a racionalidade e a capacidade de escolha dos indivíduos, fundamentais na tomada de decisão. O'Hara (2003) apresenta a relevância dada por Veblen aos instintos no comportamento humano:

Veblen believed that human action at the micro level was conditioned by instincts, habits and conscious plans. Instincts provide a source of human action, social habits guide and condition these actions, and human objectives and plans are means by which individuals can change or channel their habits into specific actions (O'HARA, 2003 p.81, 82).

Nas considerações de Cavalieri (2009, p.311), Veblen apontou os principais instintos presentes no indivíduo de maneira universal dentre eles estão instinto do trabalho eficiente, do artesanato, da produção, o predatório, o da curiosidade desinteressada, a inclinação paternal, acompanhando os indivíduos desde tempos remotos.

A diferenciação considerada por Veblen entre instintos simples e complexos estabelece que os instintos simples ligados aos traços hereditários, caracterizados como subproduto de atividades fisiológicas, mas operando acima do caráter fisiológico, como o instinto de fome, raiva, sexual, repulsão, nutricional e reprodutivo, contendo certa proximidade aos tropismas, enquanto instintos complexos são estruturas mais elaboradas compostas de instintos simples agrupados para uma função comum (VEBLEN, 1914).

Os instintos complexos apresentam certo grau de inteligência, componentes de consciência e teleológico, configurado por traços hereditários juntamente com conhecimento socialmente transmitido VEBLEN (1914 apud BARNETT, 2017, p. 543).

Como instintos complexos podem citar: instinto do trabalho eficiente, benção parental e instinto de curiosidade desinteressada.

Diante da apresentação de instintos, segundo a visão vebleniana, pode-se entender a inteligência e os fatores cognitivos como instintos, por serem os meios de desenvolvimento de habilidades intelectuais e sociais necessárias ao convívio em sociedade (CORDES, 2005).

Segundo Cavalieri (2009, p.308), as ações são motivadas pelos instintos que permeiam determinado objetivo, mas este caminho precisa acontecer por ações comumente realizadas, ou seja, os hábitos.

3.3 HÁBITOS

Hábito é um conceito importante na fundamentação institucionalista do comportamento humano. Hodgson (2001, p.19) esclarece que os primeiros institucionalistas acreditavam nos hábitos como fundamento para ação humana e responsável pelas crenças, serviriam como propensões de um padrão de comportamento previamente adotado, autorrealizável e sem deliberação, retomando sua evidência em situações repetitivas.

Hodgson (2007, p.12) demonstra a relação de comportamento com a forma de pensar determinado assunto, dependendo de um ambiente e contexto apropriado à determinada ação e pensamento, porém não há obrigatoriedade em seguir sistematicamente a ação que o hábito propõe, mas é concebido um rol de possíveis comportamentos a reproduzir.

Os hábitos podem ser divididos em: (1) hábitos de comportamento, caracterizados por ações repetidas no cotidiano e posteriormente estabelecendo-se como hábitos de pensamento tornam-se referência na sociedade; (2) hábitos de pensamento, que transpassam o comportamento individual e estabelecem como base de uma comunidade, de acordo com a apresentação de Silva (2010, p.298).

Os hábitos foram apresentados por Cavaliere (2009, p.314) como maneiras de agir, constituídos a partir da necessidade de se perseguir os objetivos postos pelos instintos. Nos instintos está o sentido teleológico enquanto nos hábitos acontecem as escolhas, que seriam o caminho ao objetivo.

Os hábitos, por estruturarem-se em crenças e identidade coletiva, fortalecem as relações de um determinado grupo e favorecem o processo de tomada de decisão do indivíduo consoante ao pensamento coletivo.

No pensamento vebleniano, os hábitos não estão pautados somente em fatores exógenos como condutores em sua aquisição, mas fatores do indivíduo (endógenos) são considerados importantes para qual hábito aquele indivíduo está mais propenso a apropriar-se, o que explica como posturas e hábitos diferentes acontecem em ambientes semelhantes.

Tendência e características de temperamento, herdadas, valem tanto quanto o tempo de habituação para determinar quais os hábitos que virão a dominar um esquema de vida individual. E o tipo prevalecente das tendências transmitidas ou, em outras palavras, o tipo de temperamento peculiar ao elemento étnico dominante de qualquer comunidade, terá muito que dizer sobre o escopo e forma de expressão dos hábitos e da vida desta comunidade (VEBLEN, 1974, p. 332).

Nas indicações de Silva (2010, p.301), de acordo com as concepções veblenianas, as práticas cotidianas configuram hábitos de comportamento que se transformam em hábitos de pensamento quando permeiam a forma de pensar do indivíduo, institucionalizando comportamentos e estabelecendo normas sociais ou tendências seguidas coletivamente.

Os instintos e hábitos se articulam, servem como propensões à conduta humana e o papel dos hábitos no processo decisório individual é influenciado pelas instituições. Através das relações naturais e sociais o ser humano constrói aprendizagem de hábitos comuns à determinada cultura.

Veblen (1989, p.38) demonstra que os hábitos são repassados de uma geração para a próxima sendo apreendidos e acumulados através do repasse de conhecimentos. Hodgson (2001, p.21) aponta hábitos são ações duráveis.

As habilidades adquiridas na interação com o outro compõem o repertório de comportamentos possíveis em suas ações e pensamentos

gerando a bagagem cultural do indivíduo, específica daquele sujeito, pertencente de um grupo em determinada época.

O contexto vivido pelo indivíduo é carregado de hábitos geradores de aprendizagem. James (1890, p.134), teórico que influenciou as ideias veblenianas, entendia como função dos hábitos simplificar e economizar esforços nos comportamentos aprendidos, aprendizagem nem sempre consciente. Bush (1987 p.1077) destacou que durante a vida do indivíduo a aquisição e formação de um hábito é o mecanismo de internalização (aprendizagem) do comportamento socialmente aceito.

Veblen (1974, p.332) reconhecia a existência de outros fatores que interessam na aquisição e permanência dos hábitos, entendendo o tempo de aceitação e aplicação do hábito pode representar dificuldade em modificá-lo na tentativa de alteração de comportamentos. As instituições constroem aceitação a determinados pensamentos e comportamentos limitando as ações e decisões do indivíduo de forma mais independente ou imparcial. Silva (2010, p.307) cita a opção de Veblen em retirar do indivíduo seu papel plenipotenciário nas ações, demonstrando o poder coercitivo das instituições.

Brette (2003, p.459) relata a importância dos hábitos como componentes do comportamento humano, ao considerar as ações desenvolvidas pelo indivíduo como resultantes de duas vertentes, como impulso de fatores instintivos e com referência aos hábitos. Apontou ainda que através da cristalização dos hábitos de pensamento socialmente estabelecidos originam-se as instituições.

O indivíduo constrói seus hábitos de acordo com o contexto, quanto mais reforçado o comportamento, maior será a disposição para adquiri-lo. E ao estabelecer-se como hábito, maior será a dificuldade em abandoná-lo. Veblen reforça esta proximidade de conceitos de hábito e instituições, ao considerar instituições como hábitos de pensamento comuns e compartilhados pelo homem (TWOMEY, 1998, p.434).

3.4 INDIVÍDUOS E SOCIEDADE: ÓTICA VEBLENIANA

Historicamente os indivíduos formam grupos para melhor enfrentar as dificuldades apresentadas no decorrer da vida, estes grupos estabelecem

formas de comportamento que consideram as melhores respostas na resolução de problemas. Mais do que isso, a sociedade apresenta-se como um ambiente de interação entre os indivíduos, seus interesses pessoais e coletivos. Hodgson (2006, p.1) sintetiza essa lógica considerando a sociedade como agrupamento de indivíduos, os quais se comunicam e interagem conforme um sistema de regras.

A sociedade, meio de interação dos indivíduos, apresenta regras e costumes, neste contexto as instituições são significações do pensamento comum compondo uma organização na previsão de comportamentos consonantes ao coletivo.

O'Hara (2003, p.85) compreende a cognição humana como uma rede heterogênea de processos gerais e específicos, proporcionando a mediação entre o contexto apresentado e o indivíduo. Os fatores cognitivos como a percepção, a atenção, a linguagem, além de dispor de aparato instintivo também se estruturam através das instituições.

Institutions are the kind of structures that matter most in the social realm. They matter most because of their capacity to form and mould the capacities and behaviours of agents in fundamental ways. Instead of merely enabling individual action, the hidden and most penetrating feature of institutions is their capacity to mould and change individual dispositions and aspirations (HODGSON, 2003, p.164).

As instituições estão relacionadas com um contexto social e o indivíduo está limitado em suas percepções, assim pode-se considerar que não existirão grandes mudanças nos hábitos de pensamento no decorrer do tempo, a menos que condições ambientais sofram grandes alterações. Stein (1997, p.731) enfatiza a dificuldade do ser humano em lidar com mudanças significativas e radicais na estrutura do pensamento, propondo que seria devido à capacidade limitada de processamento das informações, existindo uma espécie de inércia cognitiva a mudanças como as institucionais.

O reconhecimento dos fatores individuais e a importância da escolha de grupo podem ser decisivos na implantação de preferências e hábitos, pode prevenir comportamentos prejudiciais ao desenvolvimento, que por vezes, estabelece-se no grupo como comportamento aceitável ou norma comportamental proporcionando rápida aceitação e implantação como hábito.

O indivíduo não é neutro em seu ambiente, interagindo e transformando-se em mediador de instituições através da apresentação de novos hábitos, pela instrução ou pela observação de comportamentos.

Institutions depend for their existence on individuals. Nevertheless, any single individual is born into a pre-existing institutional world, which confronts him or her with its rules and norms. The institutions that we face reside in the dispositions of other individuals, but also depend on the structured interactions between them, often also involving material artefacts or instruments. History provides the resources and constraints, in each case both material and cognitive, in which we think, act and create (HODGSON, 2006 p. 10).

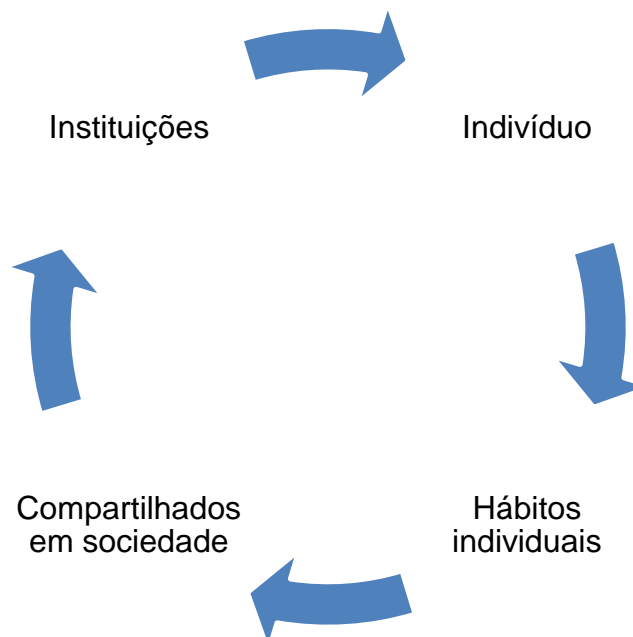
Para Veblen, o indivíduo e a sociedade estão interligados, agindo ativamente. O comportamento individual é recebido pela comunidade como socialmente aceitável ou rejeitável, influenciando o sujeito a imitar ações positivamente aceitas aos outros do seu meio e evitando ações reprovadas pelo grupo.

A propensão emulativa é fruto da natureza social da espécie. É natural que em uma espécie social cada indivíduo busque se comportar de modo a reduzir as chances de rejeição pelos demais membros da comunidade, posto que esta rejeição dificultasse sua própria sobrevivência (NEGREIROS-CONCEIÇÃO, 2007, p. 186).

Para O'Hara (2002, p.86) os planos e objetivos dos indivíduos são influenciados pela dinâmica e hábitos do grupo, convertendo em ações individuais ou coletivas dentro dos parâmetros do grupo.

O indivíduo adquire hábitos relativos à sua comunidade agregando-os ao seu repertório comportamental. O conhecimento construído destas relações com o outro e com o mundo (causalidade cumulativa) estabelece formas de pensar (hábitos) e perceber o mundo (fatores cognitivos ligados aos instintos), conduzindo ao processo de agregar o novo em estruturas adquiridas anteriormente.

FIGURA 1- PROCESSO DE CAUSAÇÃO CUMULATIVA DE VEBLLEN



As instituições podem garantir estabilidade na relação entre o sujeito e o ambiente na relação do indivíduo e a incertezas, de acordo com Twomey (1998, p.436). O indivíduo, na visão vebleniana, não permanece passivo nesta dinâmica interferindo nas instituições que por sua vez interferem no indivíduo. Para Hodgson (2001) as instituições formam e são moldadas pela ação humana. Tanto as instituições como os indivíduos são mutuamente constituídos. Sujeito e estrutura estão conectados em um círculo mútuo de interação e interdependência.

Essas relações entre instituições e indivíduos proporcionam evolução, de acordo com Veblen, pode ser apenas uma transformação ou uma mudança, não decorrendo necessariamente de avanços ou progressões, positiva ou negativa, apenas modificação cumulativa ALMEIDA (2010, p.10).

3.5 MUDANÇA INSTITUCIONAL

A teoria da seleção natural de Charles Darwin, apresentado no livro “A Origem das Espécies” de 1859, foi um marco científico em seu tempo influenciando vários pensadores, iniciando o pensamento evolucionário e

estendendo-se para outros campos do conhecimento como psicologia, antropologia e sociologia.

Veblen (1898) teve influência do pensamento darwiniano em seus escritos, como muitos cientistas de sua época, e concedeu um caráter evolutivo em sua teoria, considerando a dinâmica das instituições nas mudanças ocorridas pelo contexto e tempo.

Segundo Veblen para a alteração nas instituições se fazem necessárias intervenções e mudanças endógenas e exógenas, compreendendo a tendência conservadora e mutável das instituições: conservadora no sentido que passam de geração em geração; e mutável ao entender que ao receber a instituição o indivíduo percebe-a segundo suas características individuais e no contexto atual, concebendo alteração.

Veblen buscou na história da humanidade acontecimentos relevantes para separar em estágios civilizatórios, segundo conceito histórico evolucionário, momentos marcantes em mudança institucional. Brette (2003) ampliou a compreensão ao citar Veblen na apresentação do desenvolvimento da história da sociedade ocidental em quatro eras ou fases sucessivas:

According to Veblen, the history of the Western world can be divided into four successive eras. 'The savage and peaceable era', stretching over a very long period, started in the dawn of humanity and closed at the end of the Bronze Age. The appearance of private property then plunged the West into what Veblen calls 'the barbarian or predatory era'. By the close of the Middle Ages, this era gave way to 'the era of handicraft' which, in its turn, was displaced by the industrial revolution and the advent of 'the era of the machine industry' (VEBLEN, 1899; BRETTE, 2003, p 459).

De acordo Hodgson (1993, p.17), Veblen entendeu a dinâmica das instituições e o fator evolucionário da sociedade como uma espécie de seleção natural das estruturas sociais, garantindo a permanência das instituições mais adaptadas ao contexto histórico.

Ainda, na perspectiva de Veblen (1965, p.177), a mudança na estrutura social proporcionaria adaptações nos indivíduos daquele grupo resultando no desenvolvimento de instituições mais adaptadas ao ambiente naquele momento histórico, desenvolvendo no âmbito individual e social.

Com a retomada dos estudos sobre as concepções veblenianas, por volta da década de 1980, alguns autores institucionalistas apresentam suas

ideias quanto os fundamentos da mudança institucional. Bush (1987) apontou o conceito voltado ao determinismo tecnológico influenciado pelo meio endógeno como conhecimento da sociedade.

Brette (2003, p.477) buscou em Veblen a mudança institucional seguindo fatores dinâmicos da interação entre instintos, instituições e condições de infraestrutura.

O indivíduo faz parte da mudança institucional por considerar que as instituições dependem do indivíduo e vice-versa, por conseguinte diminuir a participação do sujeito na mudança seria contrariar preceitos importantes em sua teoria. Veblen não abordou diretamente a mudança institucional. Brette (2003, p.455) buscou por elementos dispersos nos escritos do Veblen para construção do foco endógeno da mudança institucional, onde a mudança desenvolve-se através da influência mútua entre instintos, instituições e o ambiente material e técnico.

Brette (2003, p.463) apontou a importância do progresso tecnológico para a mudança institucional, mas seria apenas uma condicionante para a mudança, entretanto o indivíduo e suas ações seria o condutor para a mudança institucional. Desta forma Brette não invalida trabalhos que consideram o determinismo tecnológico da mudança institucional de Veblen, mas acrescenta uma participação maior dos instintos, hábitos e decisões que repousam sobre os mesmo na dinâmica da mudança.

A mudança institucional se estabelecia na relação do indivíduo e das instituições, mudando as instituições ocorreria mudança correspondente nos hábitos de pensamento do indivíduo e alterando o indivíduo as instituições necessariamente adaptam-se ao novo público. HODGSON (2006)

It is essentially a two-way adaptive process, where individuals adapt to changing institutions (to some extent in different ways) and the institutions themselves adapt in response to the changes among individuals (HODGSON, 2006 p.12).

Historicamente convivemos com diversos meios, e em determinados momentos ocorrem alterações nas instituições e seus indivíduos buscam adaptar-se a novas circunstâncias. Ao seguir determinado comportamento

coloca-se em prática a alteração para novos contextos, posteriormente, as ações serão emuladas por outros.

As instituições são elas próprias o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalentes ou dominantes, de atitudes e aptidões espirituais; são, ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem, por sua vez, fatores eficientes de seleção. De modo que as instituições em mudança levam por seu turno a uma ulterior seleção de indivíduos dotados de temperamento mais apto e a uma ulterior adaptação do temperamento individual e seus hábitos ao ambiente mutável, mediante a formação de novas instituições (VEBLEN, 1965, p.177-78).

Veblen (1965, p.179) enfatizou que as instituições, conforme as circunstâncias, tendem a mudanças. Apresentou as circunstâncias como “elementos residuais” das próprias instituições, influenciando nas relações interpessoais e remodelando conceitos no indivíduo.

Bush (1987, p.1094) destacou que a mudança institucional está associada ao valor da instituição, ocorrendo somente quando acontece alteração na estrutura do valor da instituição.

A complexidade do comportamento humano está em desenvolver-se em ambientes distintos, atuando em diferentes papéis sociais e construindo relações. Através das relações elaboram-se divergências e convergências de pensamentos e hábitos que determinam o desenvolvimento do indivíduo.

Também os hábitos podem formar-se por concordância coletiva, afastando a motivação individual de escolha diversa. O coletivo se beneficia deste desenvolvimento tornando as relações mais afinadas no sentido de resolução de problemas do grupo ou destaque de indivíduo que adotou nova postura.

If a significant group of individuals change their habits in a similar way, then this can lead to changes in some of the institutions involved, as several individuals make different choices based on new habits. This in turn creates new tensions among individuals and the processes of change continue (HODGSON, 2006 p.12).

A mudança institucional acompanha a humanidade e pode ser entendida como o próprio desenvolvimento desta sociedade, trazendo alterações em todos os componentes dos grupos aos quais estas instituições são constituídas. Estudar separadamente estes entes poderia retirar a

complexidade das relações existentes entre estrutura, indivíduo e tempo, justificando assim, a visão holística desenvolvida nos trabalhos de Veblen.

O institucionalismo vebleniano oferece suporte explicativo para compreender o comportamento humano no âmbito individual e social. Pesquisas em políticas públicas podem valer-se destes preceitos para ampliar a compreensão sobre ações do estado, como também, conduzir estudos institucionalistas em meios ainda pouco explorados.

A política pública é uma instituição na sua essência, por este motivo foi utilizado nesta pesquisa que consiste em entender a política pública de prevenção PROERD segundo fundamentos veblenianos como instintos, hábitos, instituições e mudança institucional apresentados na seção seguinte.

4. PROERD NA PERSPECTIVA INSTITUCIONALISTA

O PROERD foi criado nos Estados Unidos em 1984, pela iniciativa conjunta do Chefe de Polícia Daryl F. Gates, do Departamento de Polícia de Los Angeles (L.A.P.D.), com Dr. Harry Handler, Superintendente do Distrito Escolar Unificado de Los Angeles (L.A.U.S.D.), para discutir maneiras preventivas de lidar o problema das drogas. Foi designada uma força tarefa para desenvolver um programa de prevenção ao abuso de drogas destinado às crianças do Ensino Fundamental (CAMARGO, 2015, p.27).

Primeiramente, a intenção era abordar assuntos como as drogas, formação de gangues e comportamento violento. O PROERD caracterizou-se como uma nova abordagem de enfrentamento ao consumo de drogas, por demonstrar ao estudante o viés preventivo com foco na preservação da saúde e podendo mediar a forma de pensamento gerando meios de resistir às pressões no consumo das drogas. Através do PROERD, o estudante reestrutura o conceito de drogas e as consequências do uso.

Os conceitos sobre drogas apresentados pelos estudantes estão repletos da experiência pessoais, que são determinadas pelo *background* cultural composto pelo sistema léxico e semântico dos ambientes (micro e mesossistema) em que participam hábitos pessoais e familiares, convívio com outras pessoas - crianças, adolescentes e adultas (PEROVANO, 2011, p.309).

Trabalhar com o significado da droga com a criança pode homogeneizar a consciência sobre os efeitos prejudiciais alertando também familiares e comunidade quanto às suas consequências.

Perovano (2011, p.308) esclarece que o significado da palavra “droga” é apropriado pelo sujeito antes do seu uso experimental e recreativo, sendo construído e compartilhado socialmente entre colegas, família e comunidade em geral. A comunidade é beneficiada pela geração de cidadãos mais conscientes de suas atitudes e ao proporcionar o diálogo familiar.

O problema do uso indevido de drogas está presente em praticamente todas as culturas e práticas preventivas servem de balizamento para o desenvolvimento de novos programas. De acordo com essa demanda de combate ao consumo de drogas, o PROERD é um exemplo de política pública transferida para outros países.

Ao transplantar a política pública PROERD para outros lugares transfere-se a metodologia e didática utilizada. O país receptor do programa estabelece adaptações, condizentes com a realidade local.

O Brasil conta com sete centros de treinamento credenciados pelo Dare/América, onde *dare officers* realizam a capacitação de *masters* que realizarão cursos para outros estados da federação. A transferência da política pública PROERD ocorrida no Brasil foi realizada juntando profissionais desses centros de treinamento sob a direção da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), esforço cooperativo para realizar a adaptação do programa norte americano a realidade nacional. O trabalho realizado pelos centros de treinamento nesta adaptação foi de análise, sugestões, alterações e aprovação do material.

Cultural borrowing can make a significant difference to the rate of change in any society since the transfer of technology from other cultures creates a quantum increase in the borrowing culture's knowledge fund (BUSH, 1987 p. 1105)

Através da abordagem preventiva, o PROERD busca promover a mudança de hábitos de pensamento, pois os indivíduos nascem inseridos num contexto repleto de hábitos, regras e costumes, moldando em sua rotina formas de pensar e agir de acordo com a cultura.

Twomey (1998, p. 440) reforça a ideia do ambiente influenciando a visão de mundo do indivíduo, ou seja, seus hábitos de pensamento: "os hábitos do pensamento são em parte determinados pelos instintos, mas também são moldados ou mesmo inculcados pela cultura, prática ou tecnologia".

Rutherford cita o institucionalismo clássico ao considerar a cultura como sistema institucional complexo e a adesão dos indivíduos inseridos neste meio era plenamente associados, propagando a forma de pensar com comportamentos condizentes ou não de um grupo.

Therefore, the concept of culture is fundamental in Veblen's system as it expresses the organic nature of the institutional complex. 'In this manner any institutional system tends, over time, to become internally coherent and highly interrelated or "possessed of a certain systematic solidarity" (BRETTE, 2003, p.464).

A cultura estabelece comportamentos como aceitáveis e inaceitáveis aos indivíduos, restringindo ou incentivando determinadas práticas, por vezes estimulando alguns instintos neste sentido podem considerar a cultura como um sistema modelador de comportamentos (BRETTE, 2003, p. 463). O contexto ambiental de determinado grupo pode estabelecer pensamentos e comportamentos que estimulem alguns instintos incorporando instituições por tornarem-se mais atrativas para compor seu repertório pessoal de comportamentos (hábitos).

O PROERD transmite informações alertando sobre os riscos e consequências de seu comportamento, orientando o indivíduo a decidir considerando o resultado de suas escolhas.

However, just as the individual cannot reason or act without a prior repertoire of habits, some conditions and triggers are necessary for habits to be formed. The infant individual has to be “programmed” to discern and respond to specific stimuli so that the repeated behaviors that lead to the formation of habits can become possible (HODGSON, 2007, p.332).

Este capítulo, que versa sobre o PROERD seguindo os preceitos institucionalistas, será dividido cinco subitens para melhor compreensão e para aprofundar pontos julgados pelo pesquisador como relevantes. Evidencia-se, primeiramente, o indivíduo e sua relação no programa (PROERD), seguindo pela caracterização da metodologia do programa através da visão geral das lições, análise dos conceitos utilizados no programa, encerrando com o Modelo de Tomada de Decisão PROERD.

4.1 O INDIVÍDUO

A transformação do ser humano em sujeito social se consolida pela interação e o indivíduo se estabelece no contato social criando redes de relação. Desde o nascimento o indivíduo identifica regras e condutas que são mantidas pelo ambiente social que habita.

O sujeito é formado por características individuais condizentes com seu meio social representado pelas instituições. As instituições são detentoras de estímulos comportamentais. De acordo com Hodgson (2006, p.1), a relação

não acontece de maneira passiva, o indivíduo interage neste processo adaptando-se e alterando a instituição.

O indivíduo apresenta características próprias, porém o meio oferece uma forma de pensar aceitando comportamentos como possíveis ou até rotineiros, cabendo ao hábito mediar sua aplicação no contexto. Brette (2003, p.460) esclarece, "Se os instintos definem os motivos gerais da ação humana, os hábitos permitem a adaptação apropriada às circunstâncias".

O indivíduo procura estabelecer-se em grupos apoderando suas instituições e hábitos (forma de pensar e agir). Hodgson (2006, p.10) corrobora que instituições proporcionam regularidade de propósitos, crenças e comportamentos a determinado grupo de indivíduos.

Pode-se considerar que o indivíduo ao crescer em determinado contexto receberá algumas instituições de maneira inconsciente e como consequência com menor resistência de julgamentos negativos. Bush (1987, p.1077) reforça o viés inconsciente de muitas instituições considerando a aquisição de certos padrões comportamentais são quase que "naturais", causando a impressão da inviabilidade de mudança discricionária. Neste ponto, podemos descrever que o comportamento ao ser repetido por várias vezes será cada vez mais reforçado, o que dá familiaridade à ação, tornando-se hábito.

Alguns grupos ou comunidades apresentam instituições que geram menor resistência ao uso de drogas gerando maior concordância nestas ações, levando a um padrão comportamental predominante consistente e aceitável, neste caso temos um hábito de consumo de drogas necessitando de uma nova instituição para modificar este hábito. Esta nova instituição pode estar na forma de uma política pública.

A adolescência é um período de incertezas onde suas vivências não possibilitaram grande variedade de experiências no rol de comportamentos possíveis, havendo grande dependência em aprender hábitos com o outro. O adolescente necessita identificar-se ao grupo, agregando hábitos coletivos, apresentado por indivíduos mais velhos ou com características de liderança, juntamente com a incerteza por comportamentos ainda não vivenciados, estruturam ambiente institucional que geram hábitos de vida.

O grupo social apresenta hábitos de pensamentos próprios influenciando os indivíduos que se submetem ao pertencimento deste meio, ou seja,

indivíduos pretendentes a congregar em determinado grupo irão adaptar-se às normas estabelecidas naquele grupo.

Almeida (2014, p.119) argumenta que o grupo apresenta modelos comportamentais que servirão de referência para todos os indivíduos pertencentes ou aspirantes ao grupo. As ações do indivíduo inseridos neste grupo não dependem exclusivamente de habilidades cognitivas contando com a influência dos demais como parâmetro de decisões. Para Kawall (2006, p.90) pertencer a um grupo de amigos também é apontado como fator de proteção no posicionamento de não utilização de drogas.

As instituições influenciam o aprendizado, a capacidade cognitiva, a racionalidade e as preferências dos sujeitos (HODGSON, 2003, p.162), considerando o consumidor um ser social, possuidor de um aparato cultural construído pelo ambiente. A corrente institucional Vebleniana possibilita analisar o consumidor através do resultado da interação das instituições com os indivíduos, contemplados nas normas sociais de determinado grupo de indivíduos.

Na abordagem institucionalista, o consumo gera um mecanismo de padronização, estabelecendo hábitos de consumo. O consumo se organiza na observação do outro e na publicidade, por almejar pertencer a determinado grupo ou classe social.

Para o adolescente, a família e o grupo de amigos são parâmetros de comportamentos, influência e pressão persuasiva. Almeida (2007, p.39) enfatiza a família como participante do desenvolvimento do consumo no indivíduo desde a infância, construindo seus hábitos gradualmente e por vezes de maneira inconsciente, através de instituições já estabelecidas naquele meio.

Hodgson (2006, p. 12) esclarece que existem diversas instituições simultaneamente operando, onde as pessoas interagem com diferentes lugares podendo gerar conflitos nas regras estabelecidas. Assim, é possível propor que o programa estabeleça conexões entre o aluno e a prevenção:

However, just as the individual cannot reason or act without a prior repertoire of habits, some conditions and triggers are necessary for habits to be formed. The infant individual has to be "programmed" to discern and respond to specific stimuli so that the repeated behaviors that lead to the formation of habits can become possible (HODGSON, 2007, p.332).

Na pedagogia de John Dewey estabelece-se o indivíduo interagindo com o mundo ao seu redor praticando ações e obtendo reações (resultados ou consequências) deste meio, gerando o conhecimento. O processo educativo é centrado no aluno e não mais no professor como transmissor de informação. (Dewey, 1959) estabelece a importância da prática na educação seguindo o pensamento pragmático norte americano.

O PROERD desenvolvido no ambiente escolar abrange parte da população e por consistir local propício à aprendizagem de novas habilidades, utiliza-se da figura do policial militar para desempenhar atividades e conhecimentos voltados ao esclarecimento dos perigos das drogas e comportamentos violentos. Nesta perspectiva e valendo-se da corrente institucionalista, podemos perceber que cada sujeito vem de sua casa com hábitos familiares, aprende hábitos em seu novo ambiente de interação (escola) e juntamente com o policial (instituição formal) promove a ampliação de um modelo mental negativo das drogas, estruturando seu conceito sobre drogas.

Os agentes de segurança pública são comumente conhecidos por suas ações repressivas que aqui poderíamos chamar de instituições corretivas, porém existem as instituições preventivas desempenhadas pelas forças policiais como é o caso do policiamento comunitário ou o PROERD. Para a prevenção primária, as instituições preventivas visam garantir que indivíduos não modifique seu comportamento para hábitos prejudiciais.

O instrutor PROERD (policial) procura atuar nas instituições ou senso comum da população mostrando que algumas atitudes, mesmo sendo crenças estabelecidas nos ambientes de convivência do indivíduo, podem gerar consequências negativas. O indivíduo pode não seguir rigorosamente os meios que o programa ensina, mas poderá servir de propensão para comportamentos futuros.

If we acquire a habit we do not necessarily use it all the time. Many habits are unconscious. Habits are submerged repertoires of potential thought or behaviour, to be triggered by an appropriate stimulus or context (HODGSON, 2006, p.8).

A relevância dos assuntos tratados evidencia-se com exemplos como na formação do hábito de fumar ou consumir bebidas alcoólicas pode caracterizar uma prática comum entre certos grupos de adolescentes e propagando-se para aqueles que desejam ingressar neste meio. Ao trabalhar habilidades de tomada de decisão com os estudantes (adolescentes) espera-se proporcionar um indivíduo crítico internalizando formas preventivas de resolver problemas na escolha de grupos de amigos e posicionamento frente a pressões realizadas por estes.

A escola e a família são sistemas de interação onde adultos devem acompanhar o desenvolvimento de crianças e adolescentes, apresentar instituições que estabeleçam um estilo de vida saudável e fomentem ambiente favorável a este desenvolvimento estão entre os fatores de proteção do indivíduo.

Ao levar as informações para espaços além da sala de aula, o estudante proporciona uma reflexão nos indivíduos de outro grupo (familiar), cobranças acontecem sobre o hábito de fumar, consumir bebidas alcoólicas e até mesmo uso do cinto de segurança. Neste sentido, o indivíduo promove mudança comportamental ao introduzir novas dinâmicas em seu ambiente com hábitos anteriormente estabelecidos.

Outro aspecto desta seção é a condição do indivíduo policial segundo uma visão institucionalista. O policial ao escolher desempenhar a função de instrutor do PROERD deve incorporar outras habilidades para atuação em sala de aula (policiamento comunitário), ou seja, ao mudar seu público e sua abordagem deve submeter-se a outros conhecimentos e hábitos.

O policial militar para participar da seleção para o curso de formação de instrutores precisa preencher certos requisitos como ser voluntário, não fazer uso de substância psicoativa (álcool, tabaco e outras drogas) que caracterize a condição de dependência química ou psicológica, no mínimo 02 (dois) anos de efetivo serviço, estar classificado no mínimo no comportamento “BOM”, além de outras referentes a processos e detenções no âmbito militar e civil. Neste ponto podemos perceber que para efetuar as inscrições já ocorre uma pré-seleção entre os componentes da Polícia Militar, podendo imaginar que os hábitos diários dos selecionados são condizentes com o perfil desejado para a

vaga pretendida. Ao almejar esta vaga já existe uma pré-disposição à mudança de trabalho, resultante do caráter voluntário.

Perovano (2006) aponta que um Policial militar ora relaciona-se como Militar, repetindo a hierarquia e disciplina natural da caserna; em outro momento como policial, atuando em sua atividade fim, diretamente com a comunidade; ou ainda como policial militar, articulando ambas as atividades. Porém o instrutor PROERD amplia estes “papéis sociais” reunindo características que podem considerá-lo Educador Social.

A relação entre o Educador social do PROERD e os estudantes pode proporcionar ideias que fortalecem habilidades que aplicadas como hábitos de vida resultariam em ações preventivas ou como hábitos de pensamento ao servir de comportamentos possíveis no enfrentamento de ações futuras.

4.2 O PROGRAMA

O PROERD pretende promover a interação entre a escola, família e a polícia, onde os dois primeiros apresentam-se como os principais ambientes de desenvolvimento do estudante. A polícia, em parceria com a escola, amplia o rol de pessoas interagindo com foco preventivo.

O programa apresenta um modelo comportamental o qual demonstra ser possível viver sem o uso de drogas, evitando a possível inércia ou como Veblen denominou uma trajetória cega de hábitos familiares e do grupo. O termo *blind drift* foi utilizado por Veblen para designar a falta de direcionamento em sua trajetória, comportamento e decisões. Viver num ambiente com ações prejudiciais pode estruturar na criança hábitos enraizados (FERRARI FILHO, 2001, p.116).

A figura policial pode ser vista como representação de autoridade (instituição), presente no imaginário dos estudantes como percebido nas brincadeiras de polícia e ladrão, razões que demonstram vínculo, possibilitando aproximação e facilidade para apresentar informações e formas de lidar com problemas relacionados a períodos futuros.

Tilman (1987) cita o conhecimento apresentado por Bush:

Bush also explains that the "community's fund of knowledge is incorporated in the behavioral patterns of its institutions. More precisely, knowledge is either 'embodied' in instrumentally warranted patterns of behavior or 'encapsulated' within ceremonially warranted patterns of behavior (TILMAN, 1987, p.687).

O policial em sala é apontado por Moreira (2016, p.36) como um forte elo na comunidade escolar em que atua. O programa desperta a atenção ao abordar temas como drogas, utilizando-se como fomentador do diálogo familiar que contribui significativamente com formas diferentes de ver o problema drogas e outros assuntos tratados no programa PROERD. Segundo Antunes (2012, p.73) o programa favorece o diálogo entre escola, família e a polícia.

4.2.1 VISÃO GERAL DAS LIÇÕES

O programa é dividido em 10 lições apresentando habilidades para resistir a comportamentos prejudiciais ao desenvolvimento do estudante. Segundo o manual do instrutor (2014, p.i), as lições estão estruturadas para gradativamente agrupar novas habilidades tornando seu pensamento mais complexo:

As dez lições são organizadas em um processo de escalonamento ascendente (andaime), começando pelo básico sobre responsabilidade e tomada de decisão, para então construir cada uma das demais habilidades, de forma que os alunos desenvolvam suas próprias respostas às situações da vida real. (MANUAL DO INSTRUTOR, 2014, p.i)

Aulas semanais organizam o pensamento visando à formação do hábito através de exercícios e assuntos que gradativamente necessitam da tomada de decisão com questionamentos sobre problemas cotidianos (Anexo 6).

O institucionalismo de Veblen compreende a importância do hábito no comportamento humano. O PROERD desenvolve-se em um período aproximado de três meses, tempo que o estudante presencia formas de pensar e agir para evitar problemas comuns no período da adolescência.

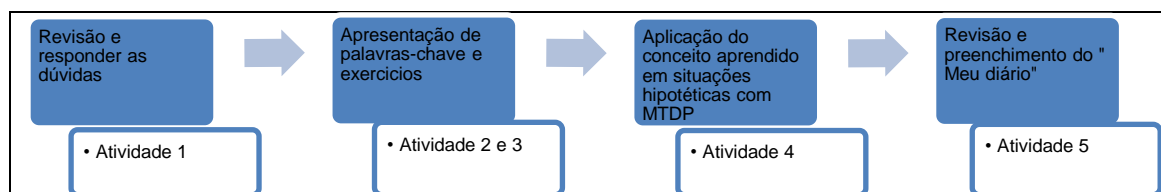
Assuntos tratados em sala fazem parte da reflexão e discussão gerada pelo programa, conduzido pelo policial e ampliada no círculo familiar. A metodologia utilizada pelo programa é baseada em fatos e ações cotidianas

que possibilitam a aprendizagem de habilidades através de hipóteses de riscos e consequências. As possibilidades de riscos colocadas pelo programa conduzem cenários institucionais possíveis para o estudante e a percepção deste risco juntamente com o modelo comportamental do programa possibilitam condições de ações diversas, com resultados previsíveis (consequências).

Cada lição é dividida em atividades, dispondo basicamente a mesma estrutura: Manual do instrutor (2014).

- Revisão da lição anterior;
- Utilização de recursos áudios-visuais (animação) para conectar e revisar a lição anterior, além de introduzir a temática da lição do dia;
- Exibição dos conceitos básicos;
- Descrição das habilidades;
- Prática das habilidades;
- Aplicação do Modelo de Tomada de Decisão PROERD;
- Anotações diárias;
- Utilização de recursos áudios-visuais (animação) para conclusão da atividade.

FIGURA 2- ESTRUTURA PRINCIPAL DAS AULAS



Ao iniciar a aula com a revisão de assuntos tratados na semana anterior, permite-se conectar conceitos e habilidades dando sequência lógica ao conjunto do programa, posteriormente o vídeo introdutório apresenta as situações-problemas daquela lição. A explicação de conceitos e habilidades, sua colocação em prática, através de exercícios, amplia o conhecimento teórico e prático do estudante.

Os temas tratados são trabalhados com o exercício do Modelo de Tomada de Decisão PROERD, utilizando-se daqueles conceitos para a

aplicação prática em cenários propostos. Ao final o estudante deve responder duas perguntas sobre a lição e sua aplicação na rotina do estudante, denominado “*Meu diário*”.

O transcorrer do programa em 10 lições e sua conclusão no evento de formatura pode efetivar como momento marcante na vida do estudante, recebendo um certificado e uma camiseta que materializa o pertencimento à instituição preventiva PROERD, resultando na cristalização de comportamentos como coerentes aos seus pares e passíveis de aceitação como hábitos individuais.

O programa estruturou-se para aquisição de conhecimento advindo da cultura preventiva (conceitos e habilidades), aplicando este conhecimento ao hábito de vida e posteriormente aos hábitos mentais na busca de um ambiente institucional preventivo.

O desenvolvimento do indivíduo está nas relações sociais e ao participar do PROERD a criança interage e aprende formas de pensar e agir, possibilitando novos hábitos de vida, na busca preventiva de pensamentos que coloquem em prática de novas ações. Brette (2003, p.460) lembrou Veblen que sintetizou o indivíduo num processo gradual de desenvolvimento de hábitos de ação com influência dos instintos, então se valendo das condições materiais de seu meio será constituído o hábito de pensamento compartilhado no ambiente social.

Há uma visão cooperativa do programa ao estabelecer parceria com a escola e a família, na formação de um ambiente saudável buscando homogeneização do clima preventivo, para propiciar um meio capaz de resistir ao uso de drogas, pois como expressado por Hodgson (2001, p.32) a racionalidade, para operar, necessita de regras e hábitos previamente estabelecidos. Enfatizando Campos (1999, p.485) a escola em sua função socializadora, adaptada ao meio social, pode contribuir na introdução de regras e hábitos no indivíduo.

O programa ainda propõe cinco atividades para casa, denominadas “conversa em família”, uma interação entre assuntos realizados em sala para estimular o diálogo familiar. A primeira atividade em família aborda o conceito de responsabilidade e o Modelo de tomada de decisão PROERD; a segunda trata sobre os fatos e efeitos do cigarro e da bebida alcoólica; a pressão dos

colegas e as formas de resistência são abordadas na terceira atividade para casa; na quarta atividade, a comunicação não verbal juntamente com a necessidade de uma comunicação confiante e na quinta e última lição o bullying encerra a contribuição familiar no programa.

Seguindo a corrente institucionalista podemos entender que os estudantes atendidos pelo programa relacionam-se principalmente na escola e na família produzindo interação, aprendizagem e propagação de saberes estruturantes para vida, sabendo que constitui período favorável à aquisição de novos conhecimentos e hábitos.

4.2.2 TRABALHANDO CONCEITOS

Uma ferramenta importante no PROERD é trabalhar conceitos, através de palavras-chave em cada atividade, com a finalidade de incorporar conhecimentos e agregar novas palavras e significados aos estudantes. Essas palavras compõem um glossário presente ao final do livro do estudante.

A apresentação da definição destas palavras incorpora no estudante novos significados e conhecimento sobre aquela palavra aplicado a uma habilidade social. A palavra é retomada em exercício de fixação e servindo como referência para tomada de decisão nas situações propostas.

O argumento de Oliveira (1992) contribui no entendimento de conceito:

Conceitos são construções culturais, internalizadas pelos indivíduos ao longo de seu processo de desenvolvimento. Os atributos necessários e suficientes para definir um conceito são estabelecidos por características dos elementos encontrados no mundo real, selecionados como relevantes pelos diversos grupos culturais. É o grupo cultural onde o indivíduo se desenvolve que vai lhe fornecer, pois, o universo de significados que ordena o real em categorias (conceitos), nomeadas por palavras da língua desse grupo (OLIVEIRA, 1992, p. 28).

Trabalhar conceitos envolve expandir seu significado segundo uma perspectiva, tornando-o mais refinado, partindo do já estabelecido para uma nova definição mais elaborada.

O programa trabalha com conceitos e promove conhecimento sobre drogas, riscos e consequências, tensão, pressão dos colegas, resistência,

comunicação eficaz, escuta ativa, entre outros (quadro 3). Palavras-chave consideradas pelo programa como conhecimentos necessários a prevenção.

QUADRO 3 - RELAÇÃO DE PALAVRAS-CHAVE POR LIÇÕES

LIÇÃO	PALAVRAS-CHAVE
LIÇÃO 1	RESPONSABILIDADE, MTDP
LIÇÃO 2	FATOS, EFEITOS SOBRE A SAÚDE E DROGA
LIÇÃO 3	RISCO E CONSEQUÊNCIAS
LIÇÃO 4	PRESSÃO, PRESSÃO DOS COLEGAS E RESISTÊNCIA
LIÇÃO 5	TENSÃO
LIÇÃO 6	COMUNICAÇÃO, CONFIANTE, INSEGURO E EXIGENTE
LIÇÃO 7	COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL, ESCUTA ATIVA E EMPATIA
LIÇÃO 8	BULLYING, ESPECTADOR, FOCAR, RELATAR E CONFIDENCIAR
LIÇÃO 9	BOM CIDADÃO E ANÔNIMO
LIÇÃO 10	REDES DE AJUDA

O conceito de drogas adquirido no ambiente familiar, entre amigos e influência social, pode ser aprimorado tornando um conceito mais estruturado, resultado de novas informações geradas em pesquisas científicas causando reflexão e aprimoramento de pensamento.

Para Perovano (2011) o processo de aprimoramento de conceitos deve partir dos saberes iniciais adquiridos das interações individuais e aprofundar-se com ações reflexivas para garantir aplicabilidade do novo significado.

O ensino reflexivo, necessário à aprendizagem de conceitos científicos exige a inserção do estudante no processo de reflexão, mesmo que ainda oscilando entre o velho e o novo conhecimento. Para isso o professor deve orientar as situações de aprendizagem com seus estudantes, respeitando as ideias e as experiências que trazem das interações familiares e sociais, necessárias para a construção de significados e transformação das ideias iniciais para níveis de maior complexidade (PEROVANO, 2011, p. 152).

Vygotsky (2002, p.62) indicou que conceitos necessitam de estruturas complexas para realizarem-se. A instrução e a aprendizagem desempenham um papel predominante na sua aquisição.

Um conceito é algo mais do que a soma de certas ligações associativas formadas pela memória, é mais do que um simples hábito mental; é um complexo e genuíno ato de pensamento, que não pode ser ensinado pelo constante repisar, antes pelo contrário, que só pode ser realizado quando o próprio desenvolvimento mental da criança tiver atingido o nível necessário (VYGOTSKY, 2002, p.59).

Caracterizando os conceitos como formas de pensar, poderíamos cogitar que ao empregar novamente determinada palavra, seu conceito reproduziria um processamento mental referente à significação do próprio conceito. O hábito promovido através de ações ou repertório de ações possíveis guarda certa semelhança à afirmação anterior.

Vygotsky (1986) divide o termo em conceito cotidiano, construído através da interação social pode ser considerado como senso comum e conceito científico parte dos conhecimentos estabelecidos do conceito elementar ampliando e refinando para algo carregado de novos conhecimentos, transformando em um conceito mais elaborado.

Conceito científico distingue-se do conceito de senso comum por ser um enunciado que expressa informações de um modelo de explicação causal que, além de possibilitar descrever o fenômeno, estabelecer implicações da causa e efeito, esclarece, também, os porquês e o como do fenômeno (PEROVANO, 2011, p. 150).

Na visão vebleniana os conceitos são formados por ideias transmitidas pelas instituições incorporadas pelo indivíduo no contexto em que vive. Os conceitos, juntamente com os instintos, atuam como foco de atenção e instrumentos de interpretação em quais instituições tornam-se referência.

Os instintos estão ligados a fatores cognitivos de percepção, atenção e significados necessários à captação e processamento das informações fundamentais na tomada de decisão. Neste contexto, trabalhar na formulação do conceito aperfeiçoado sobre as drogas pode contribuir no processamento de informações e na tomada de decisão quanto ao uso de drogas.

O indivíduo nasce em um ambiente social pré-estabelecido com suas instituições já inseridas na dinâmica social, instituições são repassadas juntamente com os conhecimentos que delas provem. As informações daquele meio compõem a forma de viver e pensar daquela sociedade restringindo assim de alguma forma a deliberação do indivíduo principalmente de crianças e adolescentes. Neste sentido, ambientes ou conceitos preventivos podem propiciar maneiras preventivas de pensar e perceber o mundo a sua volta.

Os indivíduos formam definições e significado ao interagir com a sociedade (forma direta ou indireta) e neste processo os conceitos se formam através da experiência e interação com o outro.

Veblen cunhou alguns termos baseando-se em ideias de outros pensadores. O termo curiosidade desinteressada apresenta semelhança com expressão “*musement*” de Pierce, que fora seu professor (DYER, 1986).

Veblen (1989) apresentou a ideia do instinto de curiosidade desinteressada (*idle curiosity*) caracterizado como conhecimento adquirido sem um fim específico, sem interesse em buscar aquela informação ou gerar algo produtivo, proveniente da interação com ambiente social (SILVA, 2010).

Assim podemos entender que os conceitos primeiros surgem do instinto de curiosidade desinteressada, mas ao direcionar a aprendizagem procura-se estabelecer sentido e estrutura ao conceito tornando-o mais elaborado.

O conceito mais aprimorado, estruturado com informações vindas de pesquisas científicas, é compatível com o instinto de curiosidade instintiva de Veblen que apregoou como conhecimento direcionado, com objetivo. Veblen utilizou a dicotomia relativa ao conhecimento e sua finalidade, compreendidos como curiosidade desinteressada e a curiosidade instintiva.

Silva (2012, p.157) atribui à curiosidade ociosa como a capacidade humana de entender seu meio, não importando o uso ou a finalidade destas informações. Conhecimento comum em seu meio e ao trabalhar com significados (conceitos) podemos conduzir a sentidos e valores diferente aos originalmente adquiridos.

All processes of rational decision-making depend on acquired cognitive frames for the selection, prioritization, interpretation and understanding of the huge volume of sensory stimuli that reaches the human brain (Hodgson 1988; North 1994). The attribution of meaning to this apparently chaotic mass of data requires the use of acquired concepts, symbols, rules and signs (HODGSON, 2007, p. 331).

A antecipação de programas preventivos pode proporcionar no indivíduo pensamentos e conseqüentemente decisões desfavoráveis à utilização de drogas, além de alterar o conceito de drogas dos indivíduos que estão repletos de influência do meio social (PEROVANO, 2011, p.309).

Conceição (2002, p.122) demonstrou que as instituições condicionam o indivíduo aplicando sua influência no momento presente e modificando o futuro através de um processo seletivo e coercitivo, alterando ou reforçando os pontos de vistas e as convicções.

Os conceitos modificam-se no decorrer da vida de acordo com a aprendizagem e interação com o objeto a ser definido, significação muito específica para cada indivíduo por basear-se em seus instintos e instituições.

Seguindo a perspectiva preventiva do programa, trabalhar conceitos evidencia um significado de palavras estrategicamente escolhidas para auxiliar no processo de escolha de ações positivas ou decisões capazes de evitar comportamentos prejudiciais ao desenvolvimento.

4.2.3 MODELO DE TOMADA DE DECISÃO PROERD E A MUDANÇA INSTITUCIONAL VEBLENIANA

O processo de decisão se constitui enquanto processo cognitivo pelo qual se escolhe um plano de ação baseado em variados cenários, ambientes, análises e fatores para uma situação-problema.

Todo processo decisório produz uma escolha final, ou seja, a tomada de decisão refere-se ao processo de escolher e o processo decisório compreende a aplicação de diferentes modelos de tomada de decisão, cada um deles pertinente a uma determinada situação.

Precursor da Teoria das Decisões, Herbert Simon define decisão como um processo de análise e escolha das alternativas que um sujeito poderá definir, sendo parte do processo a tomada de decisões. Segundo March e Simon (1972) a escolha é feita em função de um modelo de situação real, restrito, aproximado e simplificado, esse modelo representa a definição de situação por parte daquele que fez a escolha.

O modelo de tomada de decisão de Simon (1970) considera a dificuldade do indivíduo em realizar decisões puramente racionais. De acordo com o autor, uma mesma decisão pode ser considerada completamente

racional por um indivíduo e menos racional por outro, afirma que as limitações cognitivas levam os decisores à construção de modelos simplificados.

Ao considerar que o ser humano tem restrições na capacidade cognitiva de percepção da informação e inúmeras dificuldades de acessar a informação agindo com base em racionalidade limitada, conseqüentemente, sua decisão não é perfeita, mas satisfatória, de acordo com os limites da racionalidade.

No modelo de racionalidade limitada de Simon, as decisões são satisfatórias, não chegam ao nível ótimo. Ele considera que a otimização das decisões não passa de ficção, uma vez que elas seriam restringidas ou influenciadas pelas limitações do ser humano em ter acesso e em processar cognitivamente todas as opções, simplesmente pela impossibilidade dele obter todas as informações decorrentes de problemas.

Na tomada de decisões, no modelo racional, os indivíduos criam modelos mentais para tomar suas decisões com apenas parte da informação existente, isto é, as pessoas desenvolvem processos para auxiliar na tomada de decisão através do isolamento de um determinado problema, com um número limitado de alternativas e conseqüências.

Segundo o modelo racional a decisão compreende três etapas: descobrir as ocasiões em que deve ser tomada a decisão, identificar os possíveis cursos de ação e decidir-se entre um deles. Ele descreve seu modelo, expondo que a primeira, chamada de coleta de informações, se detém a realizar uma análise do ambiente, procurando identificar as situações que exigem decisão; a segunda, atividade de estruturação, tem o intuito de criar, desenvolver e analisar possíveis cursos de ação; e a terceira, atividade de escolha, tem a prerrogativa de escolher uma linha de ação entre as disponíveis.

O PROERD tem como ferramenta em seu programa o Modelo de Tomada de Decisão PROERD (MTDP), composto por exercícios que busca fortalecer habilidades para a decisão, desta forma pode proporcionar o aumento da autoestima do indivíduo ao torná-lo responsável de suas decisões e evitando condicionarem-se as decisões do outro.

O objetivo deste modelo de tomada de decisão é auxiliar em seu desenvolvimento e instrumentalizar o estudante nas relações interpessoais estimulando uma postura mais resoluta, ou seja; reduzir a limitação da racionalidade para o processo de escolha.

De forma ampla, as decisões propostas pelo programa devem ser pautadas basicamente em dois conceitos importantes como responsabilidade e segurança. Ao final de cada aula, o policial reforça a importância de que todas as decisões devem ser seguras e responsáveis para si e aos demais envolvidos na situação MANUAL DO INSTRUTOR PROERD (2014, p.4).

O programa acredita que a ferramenta modelo de tomada de decisão PROERD (MTDP), pela necessidade de um saber sistematizado, possa alcançar as melhores escolhas para a vida na adolescência, fase em que os amigos estarão muito próximos e desempenham função de influência para o adolescente (PALÁCIOS, 1995, p. 264).

No MTDP o estudante deve seguir os seguintes passos:

- Definir: descrever o problema, desafio ou situação;
- Analisar: pensar nas diferentes opções para resolver o problema, levando em consideração as consequências positivas e negativas, os prós e contras de cada opção;
- Atuar: fazer escolha/tome uma decisão, usando os fatos e informações que você observou nas opções;
- Avaliar: revisar sua decisão (você fez uma boa escolha? como você sabe? você tomaria a mesma decisão novamente?) (livro do estudante, 2010)

O PROERD relaciona escolhas seguras e responsáveis com a prevenção ao uso de drogas, tornando a tomada de decisão juntamente com informações e fatos relacionado com as drogas como grandes elos na aplicação do programa.

A nova temática de escolhas seguras e responsáveis fornece um quadro favorável ao ensino sobre tomada de decisão, riscos, tensões, comunicação e pressão dos colegas, ao passo que também fornece aos jovens as informações sobre drogas das quais necessitam para fazerem escolhas conscientes (MANUAL DO INSTRUTOR, 2014, p.ii).

O programa aponta 24 situações-problema, explorando situações cotidianas envolvendo o consumo de cigarro, bebidas alcoólicas, *bullying* e pressão pessoal. O programa atende estudantes que, possivelmente, ainda não fizeram o primeiro uso de drogas ou ainda não adquiriram hábitos danosos e através das situações-problema realizam reflexões e exercitam o modelo tomada de decisão do PROERD.

O MTDP proporciona vivenciar experiências e potencializar as escolhas, obtendo respostas aos problemas presentes na adolescência e nos diferentes ambientes (escola, casa, etc.). O MTDP fomenta respostas positivas para o desdobramento decisório real na vida do estudante.

Este exercício do programa visa à valorização das decisões, proporcionar uma forma de pensar, com foco nas consequências e estabelecer a atenção necessária para a tomada de decisão. A intenção desta estratégia é a inclusão da habituação no seu aparato institucional. Como indicado por Stein (1997):

At the outset, consciousness may be high and performance observed in detail. Once reproduced, the degree of consciousness is likely to decrease. In the process, what is known becomes increasingly difficult to articulate. The learning becomes habitual in that actions proceed with little or no conscious attention and deliberation. The cognitive processing of information is automatic (STEIN, 1997, p. 734).

Os quatro passos do MTDP são demonstrados pelo instrutor na primeira aula com um exercício completo, na sequência cada passo é gradualmente trabalhado, iniciando com o conceito de definir e seguindo até o processo de avaliar.

Ao trabalhar o primeiro passo (defina) três perguntas devem ser respondidas sobre a situação anteriormente apresentada:

- Qual o problema, desafio ou oportunidade?
- Como você sabe que isso é um problema?
- Por que isso é importante?

Nesta etapa constrói-se uma atenção sobre o assunto proporcionando a valorização em seu posicionamento e sua argumentação. O pensamento apurado para perceber como o problema se apresenta transformado, através da rotina, em hábito de vida previne ações impulsivas livres de uma consciência prévia. Segundo Cordes (2005) os processos de atenção são guiados por conjunto individual de instintos e hábitos.

No segundo passo (análise), os estudantes devem responder as seguintes perguntas:

- Quais são as diferentes opções?
- Quais são as consequências positivas de cada escolha?
- Quais são as consequências negativas de cada escolha?

Neste ponto acontece a necessidade de considerar as possibilidades de resolver o problema, sendo complementado pela projeção de cenários ao vislumbrar pelo resultado e suas consequências. A ampliação de comportamentos possíveis reintera que instituições são circunstanciadas pelo contexto vivido e ao valorizar opção com consequências mais positivas contribui no processo evolucionário do indivíduo.

O terceiro ponto tratado pelo exercício (atue) é o momento da escolha que o agente irá pautar-se das informações percebidas para construção de uma decisão com resultado mais assertivo frente à situação-problema. O posicionamento adquirido por um agente decisor, na estrutura do grupo de amigos, pode livrar o indivíduo de aceitar influência para realizar comportamentos incompatíveis com valores e regras individuais.

Através do quarto passo (avalie) acontece o exercício de questionamentos e reflexões buscando argumentações e justificativas acerca das escolhas já tomadas.

Esse modelo de tomada de decisão PROERD estabelece a importância das escolhas em meio a uma sociedade que está presenciando uma precocidade ao consumo de drogas. Pesquisa realizada por Kawall (2006, p. 89) demonstrou que no decorrer da vida o contato com a droga vai acontecer e desenvolver uma percepção crítica no indivíduo proporciona resistência a comportamentos danosos de aceitação do grupo.

Os conteúdos reflexivos e as discussões repassadas pelo programa, aplicados pelo modelo de tomada de decisão PROERD, podem alterar a percepção da decisão, estrutura pensamentos preventivos e/ou críticos. Bush (1987, p. 1094) discorreu que a mudança institucional somente ocorre quando se modifica a estrutura do valor institucional.

Hodgson (2006, p.12) apontou que as preferências e disposições individuais alteram-se e evoluem, as instituições alteram-se de acordo com as circunstâncias sociais, culturais, tecnológicas ou ambientais. O MTDP contribui na reflexão e valorização das escolhas conduzindo o indivíduo a uma maneira de refletir e chegar à escolha, mediando hábitos com práticas preventivas tratadas no programa.

O programa estimula a atenção ao processo de decisão do indivíduo proporcionando pensar quais resultados serão alcançados em cada opção

causando atenção às decisões e aprendizagem, onde resultará a mudança no indivíduo. Para Almeida (2014, p. 112), Veblen considerava o que é aprendido com o ambiente pode compor um instinto.

Almeida (2007, p.43) lembrou que instituições surgem da interação, no desejo de compartilhar informações cultivando padrões interativos de comunicação ou conhecimento. Em síntese é na interação e nas informações adquiridas destas relações que fundamentam a geração de instituições que serão aceitas e seguidas por aqueles indivíduos, por conseguinte influenciando e estruturando as formas de pensar e decidir.

As escolhas feitas pelo sujeito são pautadas em experiências e pelo aparato cognitivo adquirido socialmente utilizando os instintos, hábitos e instituições. Coletivamente os grupos manifestam suas ações firmadas através de convenções informais de comportamento propagando a influência de lideranças internas do grupo. A construção de identidade e o sentimento de pertencimento do grupo auxiliam na formação de instituições estabelecidas naquele ambiente.

There is a behavior strongly reinforced in a group, giving observers an acute sensation of cognitive consonance and allowing their decision-making. Groups stress models of behavior which become models for every member of the group, as well as for people who would like to be considered a member. To be able to act according to group's model is not just a matter of cognitive abilities but also of resources to put such behavior into practice (ALMEIDA, 2014, p.119).

As escolhas individuais dentro do grupo obedecem a um processo diferenciado, estudar decisões e quais instituições age preponderantemente naquele grupo é fundamental para compreender o interesse e aceitação de comportamentos envolvendo o uso de drogas.

As instituições apresentam uma função estruturadora de pensamentos atuando de maneira marcante no cotidiano servindo de referência e justificativa para ações e decisões.

Em síntese existem instintos agindo individualmente e algumas instituições auxiliam nas escolhas dos indivíduos, os instintos se tornam operantes e essas instituições funcionam como balizadoras das escolhas. A tomada de decisão coletiva pode utilizar-se de outros instintos para escolher determinados comportamentos.

Hodgson (2006, p. 9) construiu sua ideia da influência das instituições ao descrever que o hábito é o mecanismo chave da transformação e as instituições tem a capacidade de moldar disposições e comportamentos, agindo no indivíduo de maneira estruturante. Ele fala sobre mudança de aspirações, assim podemos projetar a ideia das drogas ao serem aceitas e utilizadas pelo grupo pode propagar-se como comportamento padrão destes indivíduos. Alterações na percepção sobre a droga são apropriadas ao comportamento coletivo inclusive em indivíduos que posteriormente serão inserindo ao grupo.

De acordo O'Hara (2002, p. 87) o institucionalista Veblen analisou o comportamento na perspectiva histórica e identificou os fatores que influenciavam o pensamento e comportamento dos seres humanos inseridos no ambiente natural e social.

Trabalhar a prevenção pode estimular a formação de ambientes sociais que visam à proteção e amenizam os riscos, além de embasar indivíduos para a capacidade de decidir de maneira mais consciente dos resultados de suas escolhas.

Stein (1997) conduz ao entendimento que ideias sobre a realidade são construídas através de interações e são processos de criação de significado, ou seja, pensar as instituições como sistemas de interpretação. O indivíduo carrega significado sobre tudo com o que interage, fruto do significado repassado socialmente através das instituições.

The interactions that continuously compose institutions thus transfer both substance and meaning. A distinction can be made between the transfer of value-infused beliefs (i.e., the psychological content) and the transfer of a physical content of both tangibles, such as goods and certain services, and intangibles, such as information and knowledge. The psychological content of interactions in turn has both cognitive and social sides (STEIN, 1997, p.731).

Para Veblen o consumo e o processo de decisão se relacionam e se configuram nos hábitos e instituições, onde as instituições têm a capacidade de influenciar instintos e hábitos de vida dos indivíduos.

Independentemente de outros fatores coletivos pode-se perceber uma forma direcionada de refletir sobre decisões, alterando uma trajetória e apresentando um modelo comportamental que reflita sobre opções possíveis e

seus resultados, antes de decidir. Almeida (2007, p. 51) esclareceu que a através da aprendizagem pode-se mudar as preferências, as metas, as capacidades, as habilidades e os valores.

Hodgson (2003) corrobora sobre o que aprendemos:

In particular, learning in the fullest sense is more than the discovery or reception of information; it is the reconstitution of individual capacities and preferences, tantamount to a change in individual personality. Today, we may not like a particular work of art, but after exposure to it we may acquire a taste for it. Learning can *reconstitute* the individual (Hodgson, 1999). In short, learning can change preferences, goals, capacities, skills and values (HODGSON, 2003, P.162).

Neste sentido, podem-se aprender meios, modelos e formas de pensar sobre escolhas para antever resultados e optar por consequências positivas para sua vida. Ambrosino (2017, p.13) apresentou que os hábitos estabelecem-se na vida do indivíduo e mudam ao longo do tempo, sendo regras de comportamento, aceitos socialmente, que se desenvolvem sobre a consciência dos agentes.

O indivíduo ao reproduzir determinado consumo ou hábito de outro grupo reduz sua incerteza de aceitação daquele comportamento, ou seja, o comportamento, consumo e preferências são melhores aceitos por estarem vinculados a pessoas de referências. Por conseguinte, podemos imaginar que indivíduos em desenvolvimento (adolescentes) podem praticar ações relacionadas ao imitar membros mais experientes de seu grupo, visando reduzir a incerteza e construir laços de confiança no grupo.

Hodgson (2006, p.10) apontou que hábitos constituem elemento responsável pela formação de preferências endógenas e através de comportamentos repetidos gera a predileção habitual que pode preceder a ideia que determinado comportamento é apropriado naquela circunstância.

Hábitos são comportamentos de rotina e sua repetição torna-os “naturais” ao modo de vida de determinada comunidade, transformando e retroalimentando os instintos e instituições como apresentado por Brette (2003, p.464), ao citar o fundador da economia institucionalista que o sistema institucional torna o processo autônomo condicionando instintos, hábitos individuais e novas instituições que se incorporam ao sistema.

Silva (2010) corrobora do caráter referencial para vida, desempenhado pelo hábito.

Atitudes pretéritas incorporadas de modo usual tornam-se referência para os membros de uma sociedade, de tal modo que os indivíduos refletem tais práticas como naturais, intemporais ou mesmo necessárias (SILVA, 2010, p.298).

O arranjo institucional pode ser visto como o conjunto de crenças, hábitos mentais e de comportamento, responsáveis pelo direcionamento de decisões de aceitação das influências dos amigos ou pela cultura. Brette (2003, p. 463) esclarece que o ser humano e seus determinantes comportamentais são a força para mudança institucional.

A mudança institucional é fruto de pensamentos consciente sobre as consequências de seus comportamentos e instituições que regem determinada sociedade, em algum momento da história caracterizou-se o fator discricionário causador da mudança institucional Bush (1987).

Thus the diagnostic characteristic of an institution is the value structure that correlates the behavior within it. It follows from this that institutional change must entail a change in the value structure of the institution (BUSH, 1987, p. 1078).

A mudança institucional está presente na adaptação do indivíduo no processo institucional e considerar a evolução dos instintos e significações do sujeito às instituições está intimamente ligado ao processo de aceitação de instituições preponderantes em determinado momento histórico.

Desenvolver programas preventivos tendo como objetivo ampliar a atenção e a valorização da tomada de decisão consciente estabelece formas de encarar contextos prejudiciais que promoveriam riscos ao público jovem, possibilitando ações contrárias.

O indivíduo pode ter consciência de suas decisões tornando-se protagonista de seu desenvolvimento e ações, evitando o processo de derivação cega (*blind drift*) gerado por agir sempre acompanhando o outro. Neste sentido a decisão caberia ao outro e restando ao indivíduo aceitar, minimizando um processamento mental para decidir e evitando possíveis conflitos de opinião.

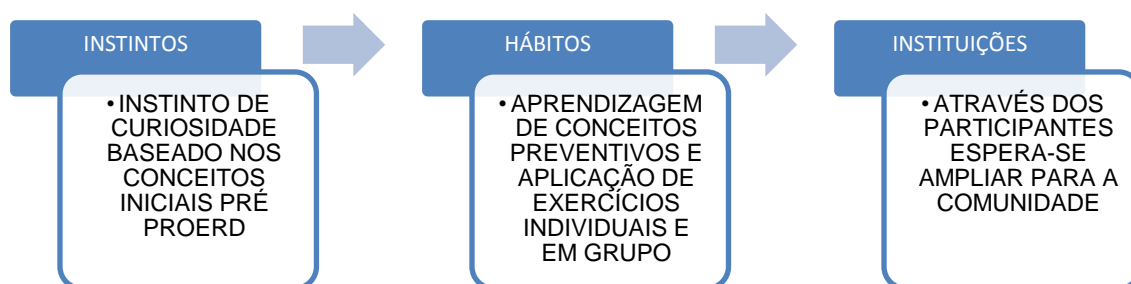
A conscious awareness of the nature of the choices made in the process of social evolution is a precondition to the planning of that process. By revealing the nature of these choices, the institutionalist theory of institutional change demonstrates that social evolution is subject to the discretionary control of mankind (BUSH, 1987, p. 1108).

Ao seguir este raciocínio o indivíduo pode ter consciência de seu estado de agente ativo no processo de escolhas e na seleção de instituições que garantam seu desenvolvimento.

Para Stein (1997, p.733), considerando as afirmações de Zander (1991) as instituições podem ser transmitidas para que outros indivíduos possam imitar ou aceitar como referência, bastando que seja aumentada a possibilidade de contato com pessoas que delas se valem juntamente com explicações relativas às instituições.

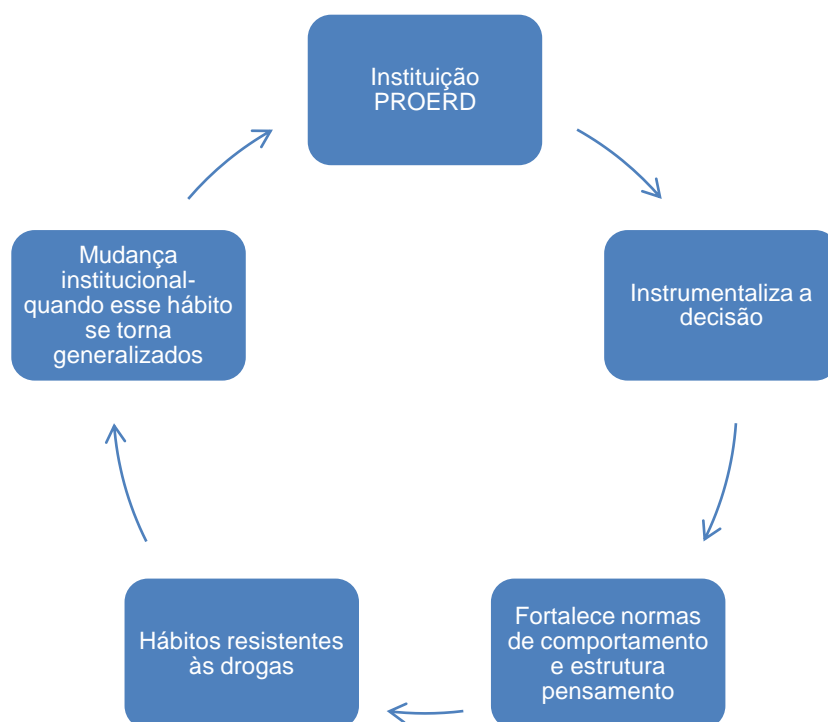
Brette (2003, p. 467) explicou que a mudança institucional é um sistema de mudança complexo, formado pela relação de vários elementos interagindo, influenciando a criação de novas estruturas em que um interfere e desenvolve o outro e seu resultado em determinado momento histórico do indivíduo é uma construção coerentemente estruturada e momentaneamente definitiva.

FIGURA 3- SINTESE DO DESENVOLVIMENTO PARA TOMADA DE DECISÃO



Na perspectiva de Silva (2010, p.308) foi apresentado viés evolutivo como elemento essencial da mudança ocorrida pelas instituições, acompanhada das disposições que movem a cultura e a sociedade, estas disposições institucionais alteram-se ao longo do tempo. Conclui-se que a implantação de políticas públicas que valorizem a vida apresentando modelos preventivos ou formas de tomada de decisão que resultem em ações positivas, seguras e responsáveis contribui como fator protetivo ao indivíduo em processo de desenvolvimento.

FIGURA 4 - LÓGICA DE CAUSAÇÃO CUMULATIVA PARA MUDANÇA INSTITUCIONAL DO PROERD



Pode-se perceber que no processo de implantação de políticas públicas busca-se modificação ou permanência de determinados contextos conseguindo ou não estabelecer instituições condizentes com comportamentos.

Na política pública PROERD, ocorre um processo de causação cumulativa para uma mudança institucional introduzindo instituições preventivas ao consumo de substâncias psicoativas. Contemplando o caráter evolucionista de uma política pública que necessita de um tempo para conceber-se sendo não teleológica (apresentando objetivos almejados em sua formulação), contudo é um processo que resultará em mudança.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou aproximar os trabalhos do economista e sociólogo norte americano Thorstein Veblen e alguns propagadores de suas ideias ao programa educacional de resistência as drogas (PROERD). Sugerindo que programas preventivos podem proporcionar hábitos de vida saudável. A realização do programa, o comprometimento e interação com família e escola conduzem ao acompanhamento necessário para formação de instituições que promovam a prevenção ao uso de drogas entre os jovens.

Para desenvolvimento da pesquisa considerou-se os conceitos de política pública, prevenção e drogas na perspectiva institucional.

Políticas públicas são instituições utilizadas por atores que detém poder de decisão para direcionar possibilidades para mudança visando estabelecer arranjo institucional favorável a determinados interesses.

Políticas públicas de prevenção ao uso de drogas são propostas de instituições que buscam estabelecer um pensamento coletivo voltado ao não uso de droga ou a diminuição de seu consumo, visando esclarecer os riscos e as consequências de sua utilização.

A prevenção se estabelece ao construir instituições ou arranjos institucionais que garantam um modo de vida com condições de desempenhar as potencialidades individuais ou proporcionar um cenário favorável ao seu desenvolvimento.

Drogas são instituições que condicionam interação entre indivíduos, seu hábito comportamental pode proporcionar dependência psicológica e química, em síntese, com o uso rotineiro a droga começa a tornar-se parte das relações daquele grupo de indivíduos sendo reforçado pela interação com outros grupos semelhantes gerando consistência na forma de pensar a droga, tornando-se assim hábito de pensamento e instituição.

As drogas se estabelecem como instituições, permitem interações entre indivíduos e reforçam comportamentos e hábitos entre grupos que dispõem desta consonância institucional.

O PROERD é realizado nas escolas por representar um espaço de interação entre os indivíduos, aproveitando para repassar posturas possíveis

de comportamento além dos estabelecidos no ambiente familiar que podem apresentar formas de pensamento e hábitos de vida para os adolescentes.

Os ambientes de interação estabelecem-se como fontes de pensamentos e estímulo às preferências. Proporcionar programas educativos que mostram outras formas de pensamento juntamente com exercícios de fixação, podendo ampliar o rol de atitudes possíveis na tomada de decisão e resolução de problemas.

O espaço na escola, ocupado pelo programa, sustenta-se por caracterizar tema transversal previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC) e não invalida outros programas que podem trabalhar paralelamente.

O estudante atendido pelo programa deve ser entendido como o indivíduo pertencente ao seu grupo familiar portando hábitos de pensamento específicos deste grupo podendo gerar pensamentos afins (instinto de produção) ou em caso de discordância, grupos rivais (instinto predatório), cabendo à escola gerir estes conflitos.

Os instintos presentes nestes indivíduos proporcionam utilizar suas habilidades cognitivas para apropriar conhecimentos a novas habilidades aprendidas auxiliando na resolução de problemas que surgem durante a vida e mais especificamente na adolescência.

Os indivíduos incorporam seus hábitos dentre um conjunto de comportamentos possíveis e aceitáveis na sociedade. Vincular uma política pública preventiva na rede de convívio do estudante pode produzir a ampliação no repertório de ações positivas daquele sujeito.

O significado individual (conceitos) das palavras chave de cunho preventivo pode construir-se como pontos estruturantes no pensamento, garantindo proximidade aos hábitos mentais veblenianos que, neste caso sugerem comportamentos preventivos.

Entender o processo de tomada de decisão transmitindo aos estudantes uma forma de valorizar suas escolhas frente aos possíveis resultados é outra ferramenta apresentada pela política pública PROERD.

Sobre o PROERD, alguns pontos merecem análises:

- O número de Educadores sociais do PROERD é insuficiente para realização das demandas frente ao crescente número de ofícios pedindo sua implantação, na realidade do Paraná.

- As pesquisas acadêmicas sobre o programa são escassas, realizando-se em maior número nos cursos de formação e aperfeiçoamento nas academias policiais (pouca distribuição da pesquisa em outros meios não militares).
- Considerando a estrutura do programa, presente em todos os Estados brasileiros, poderia existir um maior apoio do governo nacional (viaturas, materiais de trabalho etc.).

As políticas públicas seguem um ciclo com formulação, implementação e avaliação da política pública. O PROERD, neste sentido deveria realizar mais pesquisas que avaliassem a sua efetividade nas várias nuances, seja na comparação comportamental entre indivíduos que fizeram ou não o programa ou na avaliação de habilidades psicossociais que auxiliariam nas relações humanas.

As instituições, por representarem formas de pensar da sociedade, podem associar-se com práticas prejudiciais ao desenvolvimento do indivíduo resultando em pensamentos e ações que poderiam atrapalhar as potencialidades individuais, mas por outro lado podem ser implantadas políticas públicas de prevenção imbuídas em estabelecer novas significações no indivíduo ao passo que promove hábitos condizentes com práticas saudáveis para a vida.

Encerramos com provocações: poderíamos entender completamente o desenvolvimento do indivíduo numa perspectiva institucional ao analisar suas relações? É possível formular políticas públicas com foco no desenvolvimento de instintos complexos preventivos segundo preceitos veblenianos? Mesmo com a figura policial sendo diferente no Brasil e nos Estados Unidos poderíamos considerar a política pública PROERD como adaptada a realidade nacional?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. F. A. **Uma abordagem institucional do consumo**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Dissertação de Mestrado. 2007

_____. **Uma Abordagem Institucional-Psicológica da Tomada de Decisão dos Consumidores**, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná, Tese de Doutorado. 2010

_____. Thorstein Veblen and Albert Bandura: A Modern Psychological Reading of the Conspicuous Consumer. **Journal of Economic Issues**, v.48, n.1, p.109–122, 2014.

_____. The Psychology of Early Institutional Economics: The Instinctive Approach of Thorstein Veblen's Conspicuous Consumer Theory. **Economia**, v.16, n.2, p.226–234, 2015.

_____. Society and brain: A complementary approach to Thorstein Veblen's conspicuous consumer based on Tibor Scitovsky's neuropsychology. **Nova econ.** vol.26 no. 2 May./Aug. 2016,

AMABILE, A. E. de Noronha (ORG's), CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.. **Dicionário de Política Pública**. Barbacena: EdUEMG, 2012.

AMBROSINO A. **The Role of Agents' Propensity toward Conformity and Independence in the Process of Institutional Change**. Italian Association for the History of Political Economy, 2017.

ANTUNES, G. C. **A percepção de estudantes e da comunidade escolar sobre o programa educacional de resistência às drogas (PROERD) em Minas Gerais**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração da Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD). Belo Horizonte, 2012

ARGYROUS, G.; SETHI, R. The Theory of Evolution and the Evolution of Theory: Veblen's Methodology in Contemporary Perspective. **Cambridge Journal of Economics**, v.20, p.475– 495, 1996.

ASINELLI-LUZ, A. **Educação e prevenção ao abuso de drogas: limites e possibilidades**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000

BARBER R. M. *et al.* Healthcare Access and Quality Index based on mortality from causes amenable to personal health care in 195 countries and territories, 1990-2015: a novel analysis from the Global Burden of Disease Study 2015 [published online May 18, 2017]. **Lancet**.

BARCELLOS, O.; CONCEIÇÃO, O. A. C. **O Comportamento Humano no Pensamento Institucionalista – Uma Breve Discussão**. Artigo apresentado no XIII Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC SUL 2010. De 11 a 13 de agosto de 2010 – Porto Alegre/RS, 2010.

BARNETT V. Veblen's Two Types of Instinct and the Cognitive Foundations of Evolutionary-Institutional Economics, **Journal of Economic Issues**, 51:2, 541-562, 2017.

BARROSO, N. S. **Políticas públicas de prevenção às drogas: uma análise crítica através do PROERD**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros-MG.

BOLETIM CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas: Professora promove discussão sobre drogas nas escolas. Boletim nº 57 Janeiro a Março/2008: São Paulo, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. Presidência da República. Estatuto da criança e do adolescente: lei nº 8.069, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acessado em 20 abr. 2015.

_____. Presidência da República. Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996. Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. Diário Oficial da União 1996; 16 jul.

_____. Presidência da República. Lei n. 11.343 de 23 de agosto de 2006. Brasília, DF, 23 de ago. 2006. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004 2006

BRETTE, O. 'Thorstein Veblen's Theory of Institutional Change: Beyond Technological Determinism', **European Journal of the History of Economic Thought**, vol 10, no 3, pp. 455–77, 2003.

BUSH, P. D. The Theory of Institutional Change, **Journal of Economic Issues**, 21:3, 1075-1116, 1987.

CAMARGO, L. C. **Contribuições do programa educacional de resistência às drogas e à violência (PROERD) para o encaminhamento de relações interpessoais conflituosas no cotidiano escolar**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Programa de Mestrado em Educação, Joaçaba, SC, 2015.

CAMPOS, R. F.; SHIROMA, E. O. O resgate da escola nova pelas reformas educacionais contemporâneas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, nº 196, 1999. Publicada em 2002.

CAVALIERI, M. A. **O surgimento do institucionalismo Norte-Americano: um ensaio sobre o pensamento e o tempo de Thorstein Veblen**. Tese (Doutorado)– UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 2009.

CONCEIÇÃO, O. O conceito de instituições nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, 6(2):119–146, 2002.

CORDES, C. Veblen's "Instinct of Workmanship", its Cognitive Foundations, and Some Implications for Economic Theory. **Journal of Economic Issues**, v.39, n.1, p.1–20, 2005.

DEMETRIO, A. J.; VIANA, G.; HOEFLICH, V. A. Um Estudo Sobre o Nível de Eficiência do Programa Educacional de Resistência às Drogas-PROERD. **Revista Capital Científico**, Paraná, v. 11, n. 2, p.51-65, ago. 2013.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**. 3 ed. S. Paulo: Nacional, 1959.

DYER, A.W., Veblen on Scientific Creativity: The Influence of Charles S. Peirce. **Journal of Economic Issues** (Association for Evolutionary Economics), vol. XX (1), pp. 21-41, 1986.

EDGEELL, S.; TILMAN, R. The intellectual antecedents of Thorstein Veblen: a reappraisal. **Journal of Economic Issues**, v. XXIII, n. 4, Dec. 1989.

ENNETT, S. T. *et al.* How effective is drug abuse resistance education? A meta-analysis of Project DARE outcome evaluations, **American Journal of Public Health**, 84, pp. 1394-1401, 1994.

FERRARI FILHO, F.; CONCEIÇÃO, O. A. C. A noção de incerteza nos pós-keynesianos e institucionalistas: uma conciliação possível? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.11, n.1, p. 99-122, julho/2001.

FONSECA, A. M. *et al.* Padrões de violência domiciliar associada ao uso de álcool no Brasil. **Revista Saúde Pública**, 43(5), 743-752, 2009.

GAKIDOU, E. *et al.* Smoking prevalence and attributable disease burden in 195 countries and territories, 1990-2015: A systematic analysis from the Global Burden of Disease Study 2015. **Lancet** 389:1885-1906, 2017

GÁZQUEZ, M.; GARCÍA, J. A.; ESPADA, J. P. Características de lós programas eficaces para la prevención escolar del consumo de drogas. **Health and Addictions**, 9 , 185-208, 2009.

HAMILTON, W. H. "The Institutional Approach to Economic Theory." **American Economic Review** 9, Supplement (1919): 309–18.

HODGSON, G. M. Institutional economics: surveying the “old” and the “new”. **Metroeconomica**. V.44, n.1, p.1-28, 1993.

_____. El enfoque de la economía institucional. **Revista Análisis económica**, 33, 3-41, 2001.

_____. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. **Cambridge Journal of Economics**, v. 27, p. 159-175, 2003.

_____. and Knudsen, T. The Complex Evolution of a Simple Traffic Convention: The Functions and Implications of Habit, **Journal of Economic Behavior and Organization**, 54(1), pp. 19-47, 2004.

_____. Institutional Economics, the Individual Actor and Institutional Change , **Cambridge Journal of Economics**, 21 (6), em novembro, pp. 663-84, 2006.

_____. Institutions and Individuals: Interaction and Evolution. **Organization Studies** 28, No. 1: 95-116, 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2015.

JAMES W. **The Principles of Psychology**. Henry Holt, New York, 1890.

KAWALL, B. G. **Verso e Reverso: A trajetória de jovens que optaram por dizer não às drogas**. Universidade Federal de Santa Catarina Centro Sócio-econômico Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Dissertação de Mestrado. Florianópolis 2006.

LARANJEIRA R. *et al.* **II LENAD – Levantamento Nacional de Álcool e Drogas**. São Paulo: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas. Universidade Federal de São Paulo; 2012.

LOPES, G. T. *et al.* Álcool e Tabaco na Adolescência: Modelo de Prevenção Primária. **Interagir: pensando a extensão**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 29-35, jan./jul. 2007

MARCH, J.; SIMON, H. **Teoria das organizações**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972

MINISTÉRIO DA SAÚDE(BR), Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Vigitel Brasil 2015: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2016.

MOREIRA, L. de S. **Violência e Paz: Construção de Conceitos, Valores e Posicionamentos de Oficiais da Polícia Militar**, Tese de Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde. Universidade de Brasília, Março de 2016

NEGREIROS-CONCEIÇÃO, D. Thorstein Veblen. **OIKOS**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 6, n. 2, 2007. Disponível em: . Acesso em: 11 jul. 2015.

O'HARA, P. A. The Contemporary Relevance of Thorstein Veblen's Institutional Evolutionary Political Economy, **History of Economics Review**, vol. 35, issue. Winter, pp. 78-103, 2002.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky e o processo de formação de conceitos**. La Taille, Yves de.; Oliveira, Marta Khol de.; Dantas, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, p. 23-34, 1992.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE: **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas**. Tradução: Dorgival Caetano, 1ªed. Porto Alegre: Artes Médicas, 69-82, 1993.

PALÁCIOS, J. O que é adolescência. In: COIL, C. *et al.* **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 263-272.

PEROVANO, D. G. **Concepções dos Instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência sobre a sua formação**. Curitiba, 2006, 206 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná.

_____. **A formação de conceitos sobre drogas pelos estudantes do quinto ano do ensino fundamental: uma leitura histórico-cultural-bioecológica da prevenção às drogas**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

PESSALI, H.; DALTO, F. A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. In: **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 11-37, jan-abr/2010.

PINSKY, I.; BESSA, M. A. **Adolescência e drogas**. São Paulo: Contexto, 2004

PROGRAMA EDUCACIONAL de RESISTÊNCIA às DROGAS e à VIOLÊNCIA – PROERD. **Caindo na Real**, 5º Ano do ensino fundamental. s/d. (Livro do Estudante PROERD).

RUTHERFORD M. Understanding Institutional Economics: 1918–1929. **Journal of the History of Economic Thought**, 22, pp 277-308, 2000.

SANTA CATARINA. PROERD. Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. Manual do Instrutor 5º ano. Florianópolis: Polícia Militar de Santa Catarina, 2014.

SANTOS, M. J.; KASSOUF, A. L. Uma investigação econômica da influência do mercado de drogas ilícitas sobre a criminalidade brasileira. **Revista Economia**, 8(2):187–210, 2007.

SHAMBLEN, S. R. *et al.*, An international evaluation of DARE in São Paulo, Brazil, **Drugs: education, prevention and policy**, April 2014; 21(2): 110–119

SILVA, V. L. da. Fundamentos do institucionalismo na teoria social de Thorstein Veblen. **Política & Sociedade**, Florianópolis, UFSC, v. 9, n. 17, 2010

_____. Perspectivas teóricas no Institucionalismo clássico. **Revista de Ciências Humanas**, v. 12, n. 1, p. 145-164, jan./jun. 2012.

SIMON, HERBERT A.. Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

SLOBODA, Z. Programas de prevenção ao uso de drogas em escolas dos EUA. In: PINSK, I.; BESSA, M. A (Orgs.). **Adolescência e Drogas**. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p. 106-122.

STEIN, J. **How institutions learn: a socio-cognitive perspective**, **Journal of Economic Issues**, 31 (3) (1997), pp. 729-740

TILMAN R. Some Recent Interpretations of Thorstein Veblen's Theory of Institutional Change, **Journal of Economic Issues**, 21:2, 683-690, 1987.

TWOMEY, P. Reviving Veblenian Economic Psychology. **Cambridge Journal of Economics**, v.22, p.433–448, 1998.

UNODC. Diretrizes Internacionais Sobre a Prevenção do uso de Drogas. 2014b. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/lpobrazil/noticias/2013/09/UNODC_Normas_Internacionais_PREVENCA_O_portugues.pdf Acesso em: 12 de abril de 2015.

VEBLEN T. “Why Is Economics Not an Evolutionary Science?” **Quarterly Journal of Economics** 12, 3 (July 1898a): 373-97

_____. **A Teoria da Classe Ociosa**: um estudo econômico das instituições. (1ª edição em inglês: 1899). Tradução: Olívia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1965.

_____. The Limitations of Marginal Utility. **Journal of Political Economy** 17, no. 9, November, p. 620-636, 1909.

_____. The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts. New York, NY: Macmillan, 1914.

VINCUS, A.A. *et al.* A short-term, quasi-experimental evaluation of D.A.R.E.'s revised elementary school curriculum. **Journal of Drug Education**, 40, 37–49, 2010.

VYGOTSKY, L. **Pensamiento y lenguaje**. Buenos Aires: La Pléyade, 1986.

WÜNSCH FILHO, V. Consumo de bebidas alcoólicas e risco de câncer. **Revista USP**. Dez 2013;96(1):39-44.

ZINS, J. E; ELIAS, M. J. Social and emotional learning: Promoting the development of all students. **Journal of Educational and Psychological Consultation**, 17(2-3), 233-255, 2007.

ANEXOS

ANEXO A

PROCESSO INPI Nº821501631 - PRORROGA O REGISTRO DA MARCA PROERD AO DARE AMÉRICA

04/03/2016

INPI

BRASIL	Acesso à informação	Participe	Serviços	Legislação	Canais
--------	---------------------	-----------	----------	------------	--------

Instituto Nacional da
Propriedade Industrial
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Consulta à Base de Dados do INPI

[Início | Ajuda?]
Anterior 3/3

» Consultar por: No.Processo | Marca | Titular | Cód. Figura]

Marca

Nº do Processo: **821501631**
 Titular: D.A.R.E. AMERICA
 Marca: PROERD
 Procurador: CUSTÓDIO DE ALMEIDA & CIA.
 Data do Depósito: 17/03/1999
 Data da Concessão: 31/12/2002
 Situação: Registro de marca em vigor Vigência: 31/12/2022
 Apresentação: Nominativa
 Classe Nice: NCL(8) 25
 Natureza: De Produto
 Especificação: ROUPAS, CALÇADOS, ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO INCLuíDOS NESTA CL...


Prazos para a Prorrogação
 Início do Prazo Ordinário: 01/01/2022
 Fim do Prazo Ordinário: 31/12/2022
 Início do Prazo Extraordinário: 01/01/2023
 Fim do Prazo Extraordinário: 30/06/2023

Petições ?							
Pgo	Protocolo	Data	Img	Serviço	Cliente	Delivery	Data
✓	800120215681	03/12/2012	-	374	D.A.R.E. AMERICA		-

Publicações ?			
RPI	Data RPI	Despacho	Complemento do Despacho
2344	08/12/2015	Deferimento da petição	Protocolo: 800120215681 (03/12/2012) Petição (tipo): Prorrogação de registro de marca e expedição de certificado no prazo ordinário (374.1) Titular: D.A.R.E. AMERICA Procurador: CUSTODIO DE ALMEIDA CIA Detalhes do despacho: CONFORME ART. 133 DA LPI.
1669	31/12/2002	400	
1646	23/07/2002	353	
1486	29/06/1999	003	

Dados atualizados até 01/03/2016 - Nº de Revistas: 2356

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro - RJ - CEP: 20090-910 | Rua São Bento, 1 - Centro - RJ - CEP: 20090-010



ANEXO B

PROCESSO INPI Nº821501623 - AUTORIZA CÓPIA REPROGRÁFICA SIMPLES ÀS POLÍCIAS MILITARES

04/03/2016

INPI

BRASIL	Acesso à informação	Participe	Serviços	Legislação	Canais
--------	---------------------	-----------	----------	------------	--------

Instituto Nacional da
Propriedade Industrial
 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
 Consulta à Base de Dados do INPI

[Início | Ajuda?]

» Consultar por: No.Processo | Marca | Titular | Cód. Figura Anterior 2/3 Próximo

Marca

<p>Nº do Processo: 821501623 Titular: D.A.R.E. AMERICA Marca: PROERD Procurador: CUSTÓDIO DE ALMEIDA & CIA. Data do Depósito: 17/03/1999 Data da Concessão: 05/11/2002 Situação: Registro de marca em vigor Vigência: 05/11/2022 Apresentação: Nominativa Classe Nice:NCL(8) 41 Natureza: De Serviço Especificação:SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO;</p>	<p>Prazos para a Prorrogação Início do Prazo Ordinário: 06/11/2021 Fim do Prazo Ordinário: 05/11/2022 Início do Prazo Extraordinário: 06/11/2022 Fim do Prazo Extraordinário:05/05/2023</p>
--	--

Petições ?


Pgo	Protocolo	Data	Img	Serviço	Cliente	Delivery	Data
✓	800120187562	24/10/2012	-	374	D.A.R.E. AMERICA		-
✓	020100120321	27/12/2010	-	824	POLICIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO		-

Publicações ?

RPI	Data RPI	Despacho	Complemento do Despacho
2345	15/12/2015	Deferimento da petição	Protocolo: 800120187562 (24/10/2012) Petição (tipo): Prorrogação de registro de marca e expedição de certificado no prazo ordinário (374.1) Titular: D.A.R.E. AMERICA Procurador: CUSTODIO DE ALMEIDA CIA Detalhes do despacho: DE ACORDO COM O ART.133 DA LPI
1661	05/11/2002	400	
1646	23/07/2002	353	
1486	29/06/1999	003	

Dados atualizados até 01/03/2016 - Nº da Revista: 2356

Rua Mayrink Velga, 9 - Centro - RJ - CEP: 20090-910 | Rua São Bento, 1 - Centro - RJ - CEP: 20090-010



ANEXO C

SÍMBOLO DO PROERD –TRÍADE



ANEXO D**LEI 17650 - 07 DE AGOSTO DE 2013**

Publicado no Diário Oficial nº 9016 de 7 de Agosto de 2013

Súmula: Regulamenta o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica regulamentado, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, baseado no modelo internacional D.A.R.E (Drug Abuse Resistance Education), a ser desenvolvido na rede de ensino público e privado do Estado do Paraná e em entidades interestaduais, bem como em forma de orientação para pais, mediante realização de ações preventivas e cooperativas entre a Polícia Militar e demais entes envolvidos com o programa.

Parágrafo único. A metodologia utilizada para desenvolvimento do PROERD poderá ser dirigida a séries do ensino fundamental e séries do ensino médio, com planejamento adequado à idade, a ser regulamentado pela Polícia Militar.

Art. 2º. O PROERD será organizado e gerenciado exclusivamente pela Polícia Militar do Estado do Paraná, constituindo-se em tema social e contemporâneo e tema transversal, de acordo com a matriz curricular pedagógica nacional e os parâmetros nacionais, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º. O programa terá como ação preponderante a educação preventiva primária sobre drogas através da ação didático/pedagógica baseada nas seguintes diretrizes:

I - formação da figura do educador social através do efetivo da Polícia Militar composto por policiais militares formados na categoria de instrutores, mentores e facilitadores do PROERD;

II - desenvolvimento de ações e aulas de noções de cidadania;

III - desenvolvimento de atividades e ministração de aulas que demonstrem a desaprovação da prática de atos de violência entre estudantes da rede pública e privada de ensino do Estado do Paraná;

IV - desenvolvimento de programa de prevenção primária ao uso de drogas lícitas e ilícitas destinado a alertar sobre os malefícios causados à saúde física e mental da pessoa;

V - desenvolvimento de atividades e aulas que esclareçam sobre os riscos decorrentes do uso/abuso de drogas ou da dependência química, bem como da criminalidade decorrente, direta ou indiretamente, do consumo de drogas;

VI - orientação às crianças, aos adolescentes e aos familiares acerca das soluções e medidas eficazes quanto à resistência às drogas lícitas e ilícitas;

VII - desenvolvimento de um trabalho interno de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas, através da formação de equipes para aplicação de palestras à comunidade e cursos de formação, que atenderá à política da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Parágrafo único. As atividades inseridas nos incisos deste artigo poderão ser direcionadas à capacitação dos pais dos alunos da rede de ensino público e privado, com a aplicação de metodologia específica para adultos.

Art. 4º. A Polícia Militar, para implementação do PROERD, fica autorizada a celebrar convênios, termos de cooperação técnica, entre outros meios de parceria, que terão como objetivo primordial a destinação de recursos, custeio e investimento para divulgação, operacionalização das ações e aquisição de material didático.

Art. 5º. A Polícia Militar, para implementação do PROERD, poderá receber recursos de custeio próprios para o desenvolvimento essencial de suas atividades, o que será objeto de regulamentação pela Corporação.

Parágrafo único. Os recursos tratados no art. 4º desta Lei poderão ser direcionados ao PROERD na respectiva Lei Orçamentária, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, através de orçamento previsto para a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Art. 6º. O quadro de efetivos da Polícia Militar, que comporá e desenvolverá o PROERD, será constituído de servidores militares estaduais, ativos e inativos, integrantes da Corporação.

Parágrafo único. A participação do efetivo no PROERD é matéria a ser regulamentada pela Polícia Militar, atendendo-se à finalidade de garantir a execução das ações estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Art. 7º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 07 de agosto de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

ANEXO E**LISTA DE DESENVOLVEDORES**

Lista da equipe de desenvolvimento do programa “D.A.R.E.’s keepin’ it REAL Elementary curriculum” (Título original). Realizado em parceria entre a Universidade Estadual da Pensylvania e o D.A.R.E. America:

Universidade Estadual da Pensylvania**Professores**

Dr. Michael L. Hecht

Dr. Michelle Miller-Day

Coordenadores de Projetos

Allison Kootsikas

Jonathan Pettigrew

Margaret Colby

Pesquisadores

Sunam Ellis

Emily Reichert

D.A.R.E. America

Frank Pegueros- Diretor Executivo

Scott Gilliam- Diretor de Treinamento

Anita Bryan- Diretora Educacional

Elizabeth McConnell- Diretora Educacional,

Dr. Benita Cahalane- Pedagoga PROERD

Karen Simon- NYSDOA, Pedagoga

Dr. Jolene Cassa-Granier- Pedagoga PROERD

Comandante Bobby Robinson- Departamento de Xerife de Calcasieu Parish

Randy J. Wiler- Diretor Programa de Prevenção ao *Bullying* do Kansas

Especialistas Nacionais:

Virginia Molgaard- Professora Emérita Associada Universidade Estadual de Iowa

Jeffrey Temple- Professor Assistente Departamento de Medicina da Universidade do Texas

ANEXO F

OBJETIVOS DAS LIÇÕES

LIÇÃO 1: Introdução ao Programa PROERD “Caindo na REAL”

- Definir o que significa ser responsável.
- Identificar as responsabilidades dos alunos em seu dia a dia.
- Conhecer cada passo do Modelo de Tomada de Decisão PROERD (MTDP).

LIÇÃO 2: Informações Sobre Drogas para Tomada de Decisão Responsável

- Identificar como o uso de álcool e tabaco (cigarro) afetam as decisões responsáveis do aluno.
- Examinar informações sobre o álcool e o tabaco (cigarro).
- Compreender os efeitos do álcool e do tabaco (cigarro) sobre a saúde do corpo.
- Usar o MTDP para definir o problema em cenários relacionados ao álcool ou ao tabaco (cigarro).

LIÇÃO 3: Riscos e Consequências

- Definir riscos e consequências e aplicar esses conceitos em situações reais.
- Avaliar as consequências positivas e negativas das escolhas feitas nas situações de risco.
- Usar o MTDP para analisar como tomar decisões responsáveis envolvendo situações de risco.

LIÇÃO 4: Pressão dos Colegas

- Definir pressão e pressão dos colegas.
- Reconhecer quais são as fontes de pressão dos colegas.
- Identificar formas de responder à pressão dos colegas.
- Usar o MTDP para atuar, criando respostas às pressões dos colegas.

LIÇÃO 5: Lidando com Situações de Tensão

- Identificar possíveis sinais de tensão.
- Reconhecer os sinais físicos e comportamentais de tensão.

-Usar o MTDP para avaliar as situações de tensão.

LIÇÃO 6: Bases da Comunicação

- Definir e explicar a importância da comunicação na vida diária.
- Demonstrar a comunicação confiante.
- Usar o MTDP para avaliar e criar alternativas de comunicação eficiente.

LIÇÃO 7: Comunicação Não Verbal e Escuta Ativa

- Definir comportamentos eficazes de escuta Ativa.
- Demonstrar a escuta efetiva usando comportamentos verbais e não verbais.
- Usar o MTDP para avaliar e criar alternativas de comunicação eficiente.

LIÇÃO 8: *Bullying*

- Definir e reconhecer as características do *bullying*.
- Identificar comportamentos de *bullying*.
- Diferenciar focar de confidenciar.
- Usar o MTDP para praticar maneiras seguras de relatar o *bullying*.

LIÇÃO 9: Ajudando os Outros

- Identificar a importância de ser um bom cidadão.
- Reconhecer a importância de relatar o *bullying* a um adulto na escola ou em casa.
- Demonstrar o uso do MTDP para relatar comportamentos de *bullying*.
- Reforçar a sabedoria e os comportamentos positivos como meios de parar o *bullying*.

LIÇÃO 10: Obtendo Ajuda dos Outros e Revisão

- Identificar pessoas do relacionamento do aluno às quais ele pode recorrer se precisar de ajuda.
- Relembrar os termos chave que foram aprendidos anteriormente.

ANEXO G

**PMPR
EM****CURITIBA, 31 de Agosto de 2000
DIRETRIZ N.º 006/2.000 - PM/3**

**PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS
DROGAS E À VIOLÊNCIA
(PROERD)**

1. REFERÊNCIAS

- a. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b. Constituição do Estado do Paraná de 1989;
- c. Lei de Organização Básica da PMPR.

2. FINALIDADES

- a. Instituir e implantar o Programa de Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), na Polícia Militar do Paraná.
- b. Fixar normas para aplicação do PROERD na Rede de Ensino Fundamental do Paraná;
- c. Padronizar as palestras sobre drogas em toda Polícia Militar;
- d. Informar o público interno e externo sobre a problemática das drogas e da violência.

3. SITUAÇÃO

3

- a. Ao Estado, juntamente com a família e a sociedade, compete, de acordo com o Art. 227 da Constituição Federal, assegurar às crianças e aos adolescentes os direitos e as garantias fundamentais do ser humano;
- b. A Constituição Estadual, em seu Art. 220, incisos III e IV, estabelece como incumbência do Estado, com a participação dos Municípios e da Sociedade, a promoção de programas de assistência integral à criança e ao adolescente; dentre eles a prevenção e atendimento especializado à dependentes de entorpecentes e drogas afins, bem como a realização de cursos, palestras e outras atividades do gênero para a orientação programática e pedagógica, especialmente em campanhas antitóxicos;
- c. A filosofia da Polícia Comunitária, estabelece a necessidade da colaboração entre os cidadãos e estes com a Polícia Militar, a fim de que os Policiais Militares possam oferecer segurança à comunidade onde se inserem;

- d. O trabalho de prevenção contra as drogas e a violência nas escolas, efetivado por Policiais Militares, tem sido realizado em diversos países de primeiro mundo e em outros Estados do Brasil com resultados positivos, estatisticamente comprovados;
- e. A vinda do "DARE" ("*Drug Abuse Resistance Education*") para o Brasil foi proporcionada através da realização de cursos específicos ministrados pelo Centro de Treinamento do DARE de Los Angeles/EUA a integrantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e da Polícia militar do Estado de São Paulo donde surgiram os primeiros Instrutores/PROERD e Mentores/PROERD respectivamente;
- f. Atualmente a Polícia Militar do Estado de São Paulo, constitui-se em um centro multiplicador do PROERD, cujos Mentores/PROERD ministraram o 1º Curso de Instrutores/PROERD/2000, na Polícia Militar do Paraná, concluído em 28 de Julho do corrente ano;
- g. A aplicação do PROERD será precedida de um Termo de Convênio ou Ato formal similar, a ser firmado entre os partícipes (Polícia Militar do Paraná, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ e a SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PARANÁ; ou com as PREFEITURAS MUNICIPAIS interessadas; e/ou com as Direções dos estabelecimentos de ensino particulares interessadas).

4. OBJETIVOS

- a. Desenvolver um sistema de prevenção contra a violência e o uso indevido de drogas nas escolas de todo o Estado, para crianças e adolescentes, através da educação, usando métodos que priorizem a moral, os bons costumes, a afetividade e os modelos de vida sadia e saudável, de acordo com a nossa realidade, os tipos de drogas usadas e a faixa etária envolvida;
- b. Prevenir a criminalidade que, segundo dados estatísticos, a maioria dos crimes são relacionados às drogas, direta ou indiretamente;
- c. Melhorar a imagem da Polícia Militar, junto à população, dando-lhe a confiança e respeito necessários, para a execução de seus serviços, visto que o trabalho com crianças, adolescentes e pais desmistificam a imagem de uma polícia truculenta e arbitrária.

5. EXECUÇÃO

a. Conceituação

- 1) O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - (PROERD), constitui-se numa forma de atuação da Polícia Militar voltada para a prevenção contra o uso indevido de drogas, às ações de vandalismo, à formação de gangues entre jovens e à violência em geral;
- 2) A presença de Policiais Militares nas escolas para a aplicação do programa procura na sua gênese diminuir os inúmeros problemas afetos à Segurança Pública

interagindo na sociedade com os cidadãos, fortalecendo o trinômio: a POLÍCIA, a ESCOLA e a COMUNIDADE;

- 3) O PROERD tem por base o Projeto "DARE", inicialmente desenvolvido e aplicado pelo Departamento de Polícia e o Distrito Escolar Unificado da cidade de Los Angeles/EUA. Tal programa hoje está sendo aplicado em todos os Estados dos Estados Unidos da América e em outros quarenta e sete países, inclusive no Brasil com as adaptações necessárias à nossa realidade cultural.

b. Cursos

- 1) A participação dos Policiais Militares no PROERD dependerá inicialmente da habilitação no Curso de Formação de Instrutores/PROERD, com duração de Oitenta horas/aula (h/a) ministrado por equipe habilitada, cujo currículo é detalhado em norma particular. Este curso objetiva capacitar o Policial Militar para aplicação do programa, como importante estratégia de prevenção;
- 2) A equipe de formação de Instrutores/PROERD (mentores) é habilitada através do Curso de Formação de Multiplicadores/PROERD, com duração de quarenta h/a, que objetiva habilitar o Policial Militar (Instrutor/PROERD) a participar das equipes de treinamento encarregadas da realização de cursos de Formação de Instrutores PROERD;
- 3) A participação nesse curso terá como exigência o período mínimo de um ano na aplicação do PROERD, em sala de aula;
- 4) O Policial Militar, após a conclusão do Curso de Instrutores/PROERD, integrará o programa, para imediato emprego, devendo permanecer nessa atividade por um período mínimo de 02 (dois) anos;
- 5) Curso para professores - Com duração de vinte h/a, será desenvolvido em uma semana letiva, para professores, com o intuito de formar recursos humanos aptos a desenvolverem outros programas de prevenção em escolas e reforçarem as lições do PROERD, ministradas pelos Policiais Militares;
- 6) O Curso para pais - Com duração de oito h/a, visando desenvolver nos pais habilidades que os auxiliem no processo preventivo junto a seus filhos.

c. Aplicação

- 1) A aplicação do PROERD será precedida de um Termo de Convênio ou Ato formal similar, a ser firmado entre os partícipes (Polícia Militar do Paraná, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ e a SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PARANÁ; ou com as PREFEITURAS MUNICIPAIS interessadas; e/ou com as Direções dos estabelecimentos de ensino particulares interessadas).
- 2) O PROERD na PMPR estará, para fins de fiscalização e coordenação, vinculado ao Gabinete do Chefe do Estado Maior, objetivando a fiel aplicação dos princípios e padronizações emanados do Programa "DARE";
- 3) O PROERD, a partir desta diretriz, terá uma equipe de coordenação, cujos membros deverão ser possuidores do Curso de Formação de Instrutores/PROERD;
- 4) A aplicação do programa será em âmbito de CPC e CPI, de acordo com as possibilidades das OPMs, sendo que o material de "marketing", publicações e cursos, obedecerão as padronizações internacionais e nacionais do programa;
- 5) A participação de Policiais Militares no PROERD dependerá de habilitação espe-

cífica, conseguida em cursos regulares próprios, ficando vedado ao Policial Militar reprovado no curso PROERD, ministrar aulas do Programa sem a habilitação requerida

- 6) O PROERD será aplicado por Policiais Militares fardados, que desenvolverão o conteúdo específico da cartilha/PROERD, elaborada pedagogicamente para as crianças na faixa etária de 09 à 12 anos, após a assinatura do Termo de Convênio ou ato formal similar a ser firmado de acordo com esta diretriz;
- 7) Para seu uso exclusivo, o Policial Militar, utilizará o Manual do Instrutor/PROERD, o qual contém os procedimentos pedagógicos e didáticos relativos ao desenvolvimento do Programa;
- 8) As aulas para os alunos serão ministradas uma vez por semana, ao longo de um semestre letivo, com duração de 45 ou 60 minutos, contando com a presença do professor em sala de aula.
- 9) O Policial Militar, instrutor/PROERD, desenvolverá o programa em até cinco turmas, correspondentes a quatro dias da semana letiva, reservando o quinto dia para reuniões pedagógicas ou preparação de aulas;
- 10) O Policial Militar, durante sua permanência na escola, também poderá visitar outras turmas proferindo pequenas palestras, objetivando conviver, ao longo do dia, com os demais alunos das faixas etárias inferiores e superiores. Tais palestras e visitas serão programadas com material pedagógico e didático apropriado;
- 11) O Instrutor/PROERD poderá participar de reuniões com os pais e com o corpo docente das escolas;
- 12) A conclusão do Programa será marcada por uma solenidade de formatura para a entrega dos certificados aos alunos/PROERD, organizada pela direção da escola, com o auxílio do PM Instrutor/PROERD e contando com a presença dos pais ou responsáveis.

d. Seleção

- 1) O Policial Militar a ser selecionado para o PROERD deverá preencher os seguintes requisitos:
 - a) Ser voluntário;
 - b) Ter no mínimo 02 anos de serviço em atividade-fim da corporação;
 - c) Possuir experiência ou formação em atividades educacionais, recreativas e/ou comunitárias;
 - d) Estar no bom comportamento;
 - e) Não estar respondendo a processo civil ou militar e nem a inquérito na condição de indiciado;
 - f) Ter potencialidade para expressar-se verbalmente;
 - g) Ter ótima apresentação pessoal
- 2) O processo de seleção para participação nos cursos mencionados incluirá uma entrevista pessoal, com uma banca examinadora constituída por três docentes (Instrutores ou Mentores PROERD);

e. Da Conduta Ética

- 1) A postura, pontualidade, boa apresentação, educação e o respeito, dentre outras, são virtudes que deverão ser cultuadas pelo Policial Militar do PROERD em sua atuação nas escolas;

- 2) Nas escolas, o Policial Militar Instrutor/PROERD deverá manter um relacionamento estritamente profissional com a direção do corpo docente, discente e demais funcionários;
- 3) Em caso de constatação de que fato negativo que ocorra na escola, comprometendo a imagem da Polícia Militar ou do PROERD, motivado por educadores, alunos ou até mesmo pelo Policial Militar, este deve, imediatamente, comunicar tal fato ao seu Comandante imediato e ao Oficial de Ligação;
- 4) Ao Policial Militar docente é vedado, quando nas dependências das escolas, fumar ou consumir bebida alcoólica;
- 5) Não é permitida a aplicação do PROERD, mesmo pelos Policiais Militares instrutores, em escolas ou quaisquer outros locais não autorizados pela Coordenação do PROERD;
- 6) Ao Policial Militar docente cabe a responsabilidade de seguir fielmente o conteúdo das lições previstas, não devendo incluir considerações diversas, tais como religiosas, políticas, etc.

f. Do Uso do Uniforme e Armamento

- 1) No comparecimento às escolas, deverá ser utilizado pelos Policiais Militares docentes, o uniforme orgânico da OPM, podendo, esporadicamente, ser usado outro uniforme para divulgação e conhecimento das crianças. Nas ocasiões em que estiverem previstas atividades de recreação, será utilizado pelo Policial Militar o uniforme de educação física;
- 2) Nas aulas do PROERD o Policial Militar deverá adotar as medidas necessárias para não permanecer armado dentro da sala de aula;

g. Das Atividades Extracurriculares

- 1) O Policial Militar docente poderá participar de atividades extracurriculares promovidas pela escola em que atua, fardado ou em trajes civis, desde que tal participação seja do prévio conhecimento do seu Comandante imediato e do Oficial de ligação;
- 2) Dentre as atividades indicadas para o comparecimento do Policial Militar e que valorizam a sua participação junto à escola, destacam-se:
 - a) Formaturas;
 - b) Feiras de ciências;
 - c) Olimpíadas internas;
 - d) Gincanas.

h. Do Relacionamento com a Imprensa

A concessão de entrevistas à imprensa deverá ser antecedida de autorização da Coordenação do PROERD, obtida através do canal hierárquico e/ou técnico castrense, cabendo ao Policial Militar docente restringir-se aos aspectos de sua rotina nas escolas.

i. Das férias e outros afastamentos

- 1) As férias dos Policiais Militares envolvidos no PROERD deverão coincidir com os períodos de férias escolares;
- 2) No caso dos demais afastamentos do serviço, caberá ao Policial Militar docente comunicar, antecipadamente, o fato para que possa ser providenciada sua substituição no período considerado.

j. Das Ocorrências Policiais no interior ou exterior da escola

Nas ocorrências policiais de emergência, envolvendo alunos, professores ou funcionários, no interior da escola ou suas proximidades, que requeiram uma pronta ação, o Policial Militar docente deverá ter a iniciativa em adotar as medidas que se fizerem necessárias, solicitando, posteriormente, o apoio do policiamento da área para o encaminhamento da ocorrência, observando como prioridade a segurança das crianças.

k. Da disciplina em sala de aula

- 1) Ao Policial Militar docente não caberá interferir nos procedimentos adotados pela administração da escola relativos à disciplina dos alunos;
- 2) Na hipótese de alunos que não queiram participar do Programa, ao Policial Militar docente caberá, após tentar demovê-los de sua atitude, solicitar à professora da turma que indique alguma tarefa a ser cumprida pelos mesmos;
- 3) Deverá o Policial Militar docente explicar ao aluno que durante as aulas do PROERD ele deverá permanecer junto à professora, cumprindo as tarefas por ela determinadas e na hipótese de resolver participar das aulas ele poderá fazê-lo assim que quiser.

l. Do rendimento escolar dos Alunos

- 1) A conclusão, com aproveitamento pelos alunos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, fazendo "jus", em consequência, ao respectivo certificado, obedecerá aos seguintes critérios:
 - a) O número possível de faltas às aulas será tolerado até o máximo de 04 (quatro);
 - b) Nos casos em que esse limite for ultrapassado, caberá ao Policial Militar docente empenhar-se para que o aluno possa recuperar o conteúdo das aulas perdidas;
 - c) Julgando o Policial Militar docente ter havido a recuperação mencionada no número anterior, a conclusão do Programa ocorrerá com aproveitamento, para aquele aluno.

m. Do critério de emprego dos PM

- 1) O PM/PROERD, por ocasião das folgas previstas, tanto do programa da semana letiva, como do calendário semestral, deverá usar este período para o preparo de aulas/PROERD, elaboração do material didático e/ou palestras, que poderá ser cumprido nas dependências da sua unidade, a critério de cada Comandante;

- 2) O Policial Militar, enquanto estiver integrado ao PROERD, por constituir-se numa atividade eminentemente preventiva, não deverá ser utilizado em serviços de natureza repressiva;
- 3) A frequência do Instrutor/PROERD nas escolas será controlada pelo Oficial de ligação, mediante formulário próprio que remeterá mensalmente à coordenação do programa;
- 4) O calendário básico de distribuição das aulas ao longo de cada semestre, será elaborado previamente pelo Policial Militar/Instrutor PROERD, o qual deve, submetê-lo, a Coordenação do PROERD, que cificará ao seu Comandante da Unidade;
- 5) O Policial Militar docente, durante as férias escolares e quando não estiver em gozo das suas férias regulamentares, poderá desenvolver tarefas comunitárias relativas ao Programa na área da sua Unidade, devidamente autorizado pelo seu Comandante;
- 6) O Policial Militar Instrutor/PROERD, designado para executar o Programa, deverá atuar com exclusividade para o PROERD e atividades afins.

n. Das responsabilidades do policial militar docente

- 1) O Policial Militar docente (Instrutor PROERD), deverá atuar com iniciativa e com atitude participativa permanente junto ao Programa;
- 2) As atribuições do Policial Militar instrutor incluem, dentre outras:
 - a) Ministar aulas;
 - b) Participar de reuniões com pais;
 - c) Participar de reuniões com professores;
 - d) Proferir palestras;
 - e) Elaborar o material didático relativo às aulas e/ou palestras, de acordo com as normas baixadas pela Coordenação do PROERD, visando a padronização;
 - f) Detalhar o calendário das aulas para as diversas turmas;
 - g) Participar de atividades extracurriculares nas escolas em que atuar;
 - h) Preencher os formulários próprios do programa enviando-os para a coordenação;
 - i) Sugerir e contatar escolas para implantação do Programa e para a realização de visitas e palestras;
 - j) Manter atualizada a pasta com notícias da imprensa local sobre o programa;
 - k) Manter atualizada a pasta com artigos técnicos sobre drogas, recebidos e/ou reunidos por iniciativa própria;
 - l) Remeter ao Oficial de Ligação, sobre cada escola que atua, relação de alunos contendo turmas, filiação, data de nascimento e endereço de cada aluno, de acordo com formulário próprio utilizado pelo programa;
 - m) Produzir, ao final de cada semestre, relatório por escola, a respeito do desenvolvimento do programa contendo, prejuízos ao currículo do programa, eventos realizados e outras observações pessoais;
 - n) Elaborar calendário das solenidades de encerramento do PROERD, remetendo-;
 - o) Manter informado seu Comandante imediato e/ou o Oficial de Ligação a respeito de suas atividades;
 - p) Participar dos eventos programados pelo Comando da OPM ou pela Coordenação do PROERD, visando a atualização de conhecimentos, desde que não venham em prejuízo à aplicação do Programa;

- q) Detectar problemas relacionados com a segurança na comunidade em que atua, discutindo-os com a comunidade em busca de soluções conjuntas e mantendo sempre informado seu Comandante imediato e o Oficial de ligação;
- r) Participar das reuniões programadas pela Coordenação do PROERD.

o. Do Oficial de Ligação

- 1) O Oficial indicado pela OPM, onde o programa é aplicado será o Oficial de Ligação, sendo ele o responsável pelo acompanhamento do PROERD na área de policiamento da Unidade;
- 2) O apoio a ser proporcionado pelo Oficial de Ligação é imprescindível para que o Policial Militar PROERD possa atuar com iniciativa, criatividade e responsabilidade almejadas;
- 3) Ao Oficial de ligação caberá, dentre outras responsabilidades:
 - a) Inteirar-se das presentes instruções e atualizar-se em relação aos objetivos e histórico do PROERD;
 - b) Conhecer a rotina de trabalho do Policial Militar PROERD;
 - c) Visitar escolas em que o Programa estiver sendo aplicado;
 - d) Inteirar-se dos problemas detectados pelo Policial Militar nas comunidades em que atua, proporcionando, quando for o caso, respostas adequadas;
 - e) Relacionar-se com a comunidade escolar, o que inclui diretores, professores, núcleos de educação, etc.;
 - f) Relacionar-se, também, com organizações que atuem na questão da droga, em especial aquelas sediadas na área de policiamento da Unidade;
 - g) Ligar-se, através de "canal técnico", a Coordenação do PROERD, com vistas aos assuntos relacionados com o Programa ou dele decorrentes;
 - h) Encaminhar, para a publicação em Boletim Interno, o calendário das solenidades de formatura do PROERD;
 - i) Informar ao Comandante da OPM os eventos que tenham ocorrido fora da rotina de atividades normais das escolas e que tenham relação com prevenção às drogas;
 - j) Produzir relatório semestral sobre as atividades do PROERD;
 - k) Coordenar e responsabilizar-se pela elaboração e encaminhamento dos relatórios previstos nesta Diretriz;
 - l) Planejar e propor eventualmente atividades que proporcionem o atendimento pelo PROERD dos filhos de Policiais Militares da Unidade ou de residentes na área da Unidade;
 - m) Comparecer às reuniões previstas pela Coordenação do PROERD.

p. Do comandante da OPM

O apoio a ser proporcionado pelos Comandantes das OPMs envolvidas constitui condição imprescindível para o sucesso do PROERD, cuja atuação na área estará aproximando a unidade da comunidade. O envolvimento de Policiais Militares no programa não significa o afastamento dos mesmos da atividade de Policiamento, mas sim a realização de uma forma diferenciada de trabalho, caracterizando-se como relacionamento comunitário.

Ao Comandante de cada OPM envolvida com o programa mostram-se relevantes as seguintes iniciativas:

- a) Designar um Oficial de Ligação para o programa;

- b) Comparecer às solenidades de formatura do PROERD, fazendo-se acompanhar de integrantes da Unidade, de forma variada, dentro das diversas graduações e postos;
- c) Utilizar-se do Policial/PROERD, sem prejuízo do programa, para realização de palestras à toda OPM como instrução;
- d) Difundir a aplicação do PROERD, por parte da OPM, junto aos meios de comunicação da área;
- e) Acompanhar as atividades do PROERD, apresentando, quando for o caso, sugestões julgadas importantes para o aprimoramento do programa.

6. ATRIBUIÇÕES PARTICULARES

a. Gabinete do Chefe do Estado Maior

- 1) Controlar a execução do PROERD em todo o Estado do Paraná;
- 2) Designar uma equipe para a coordenação geral do PROERD/PR, devendo recair preferencialmente sobre os Policiais Militares que possuam o Curso de Instrutor/PROERD;
- 3) Determinar a elaboração do Regulamento de Funcionamento do PROERD.

b. Equipe de Coordenação

- 1) Controlar, como órgão técnico, as atividades afetas ao desenvolvimento do PROERD, subordinando-se ao Chefe do Estado Maior da PMPR;
- 2) Secretariar o Gabinete do Chefe do Estado Maior, nos assuntos afetos ao PROERD;
- 3) Expedir as orientações técnicas para o desenvolvimento do PROERD, em todo o Estado do Paraná, submetendo-as à homologação do Chefe do Estado Maior da PMPR;
- 4) Estabelecer contatos para a promoção de cursos destinados à formação de Policiais Militares/PROERD;
- 5) Expedir normas, quando necessário, visando a padronização das palestras afins, tanto para o público externo como para o interno, objetivando a prevenção interna contra o uso abusivo de drogas e contra a violência;
- 6) Divulgar o programa junto aos cursos de formação e aperfeiçoamento da Corporação;
- 7) Orientar e disciplinar o trabalho de "marketing" do PROERD no Estado do Paraná;
- 8) Estreitar o relacionamento com outros Órgãos de Prevenção contra às drogas e à violência;

c. Comando do CPC e CPI

Apoiar a aplicação do PROERD no âmbito das Unidades subordinadas, conforme o estabelecido nesta diretriz e em outros documentos expedidos pela Coordenação do PROERD e homologados pelo escalão superior.

7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. programa será aplicado na área das OPMs, desde que possuam Policiais Militares habilitados no Curso de Instrutor/PROERD e um Oficial de Ligação;

b. É vedado a qualquer integrante da OPM solicitar recursos usando o nome do PROERD para tal;

c. Esta diretriz não esgota o assunto, podendo ser objeto de documentos complementares;

d. Os casos omissos à presente diretriz deverão ser submetidos, por escrito, à apreciação da Coordenação do PROERD, para fins de deliberação do Chefe do Estado Maior da PMPR ou deste Comandante Geral.

GUARACI MORAES BARROS, Cel QOPM,
Comandante-Geral

DISTRIBUIÇÃO: - Gab Cmd^o Geral – Gab Ch do EM - Sub Ch EM - CPC - CPL-Diretorias.

ANEXO G

LEI Nº 13.284, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009

INSTITUI O DIA DO PROERD - PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CURITIBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial do Município de Curitiba o DIA DO PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

Art. 2º A referida comemoração dar-se-á anualmente no dia 26 de julho.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 23 de setembro de 2009.

CARLOS ALBERTO RICHA
Prefeito Municipal